



Número: **0800064-82.2019.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **13/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Espécies de Contratos, Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA (AUTOR)		ANTONIO JOALISON DE ARAUJO MORAIS (ADVOGADO) NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO) DIJANIELLYESON MONTEIRO NOBREGA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19127 167	13/02/2019 10:08	<u>Petição Inicial</u>	Petição Inicial
19127 185	13/02/2019 10:08	<u>1.PROCURAÇÃO</u>	Procuração
19127 195	13/02/2019 10:08	<u>2.RG E CPF</u>	Documento de Identificação
19127 208	13/02/2019 10:08	<u>3.DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA</u>	Documento de Comprovação
19127 218	13/02/2019 10:08	<u>4.COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</u>	Documento de Comprovação
19127 232	13/02/2019 10:08	<u>5.DECLARAÇÃO DE POBREZA</u>	Documento de Comprovação
19127 236	13/02/2019 10:08	<u>6.COMPROVANTE DE RENDA</u>	Documento de Comprovação
19127 256	13/02/2019 10:08	<u>7.CARTA NEGATIVA-FRANCISCO FLORENTINO</u>	Documento de Comprovação
19127 261	13/02/2019 10:08	<u>8.BOLETIM DE OCORRÊNCIA</u>	Documento de Comprovação
19127 268	13/02/2019 10:08	<u>9.DOC DO VEÍCULO</u>	Documento de Comprovação
19127 275	13/02/2019 10:08	<u>10.DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO</u>	Documento de Comprovação
19127 282	13/02/2019 10:08	<u>11.DOC. DO PROPRIETÁRIO</u>	Documento de Comprovação
19127 290	13/02/2019 10:08	<u>12.DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DO IML</u>	Documento de Comprovação
19127 293	13/02/2019 10:08	<u>13.PRONTO MÉDICO I</u>	Documento de Comprovação
19127 302	13/02/2019 10:08	<u>14.PRONTO MÉDICO II</u>	Documento de Comprovação
20634 173	14/05/2019 16:41	<u>Despacho</u>	Despacho
31791 220	25/06/2020 11:18	<u>Certidão</u>	Certidão
31792 261	25/06/2020 11:22	<u>Mandado</u>	Mandado

32082 498	06/07/2020 14:00	<u>Contestação</u>	Contestação
32083 166	06/07/2020 14:00	<u>KIT_SEGURADORA_LIDER</u>	Outros Documentos
32083 167	06/07/2020 14:00	<u>2732408_CONTESTACAO_Anexo_01</u>	Outros Documentos
32083 168	06/07/2020 14:00	<u>2732408_CONTESTACAO_02</u>	Outros Documentos
32118 710	07/07/2020 12:35	<u>Habilitação em processo</u>	Petição de habilitação nos autos
34080 363	08/09/2020 21:13	<u>Petição</u>	Petição
34080 364	08/09/2020 21:13	<u>IMPUGNACAO A CONTESTACAO</u>	Outros Documentos
34609 197	23/09/2020 08:02	<u>Decisão</u>	Decisão
35613 747	19/10/2020 11:11	<u>Petição</u>	Petição
35614 152	19/10/2020 11:11	<u>2732408_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02</u>	Outros Documentos
35614 154	19/10/2020 11:11	<u>2732408_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</u>	Outros Documentos
35986 926	27/10/2020 18:45	<u>INTIMAR PERITO PARA AGENDAR EXAME</u>	Informação
36308 231	05/11/2020 16:53	<u>Certidão</u>	Certidão
36308 232	05/11/2020 16:53	<u>QUESITOS SUGERIDOS_DR ALBERTO</u>	Outros Documentos
36359 016	08/11/2020 18:09	<u>Decisão</u>	Decisão
36501 046	10/11/2020 21:04	<u>Certidão</u>	Certidão
36501 047	10/11/2020 21:04	<u>QUESITOS PADRÃO</u>	Outros Documentos
36501 499	10/11/2020 21:04	<u>QUESITOS PADRÃO_continuação</u>	Outros Documentos
36501 500	10/11/2020 21:04	<u>REQUERIMENTO E INFORMAÇÃO DE AGENDAMENTO DAS PERÍCIAS</u>	Outros Documentos
36511 945	11/11/2020 09:28	<u>Expediente</u>	Expediente
37351 364	02/12/2020 08:35	<u>Certidão</u>	Certidão
37351 366	02/12/2020 08:35	<u>LAUDO 49</u>	Laudo Pericial

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE  
PICUÍ– ESTADO DA PARAÍBA

**FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA,**

brasileiro, solteiro, mecânico, portador da Carteira de Identidade nº. 2.633.801 SSP-PB e do CPF nº. 013.154.944-85, residente e domiciliado na Rua Antônio Faustino, 38, Centro, Frei Martinho-PB, CEP: 58195-000, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala E, Pedro Salustino, Picuí – PB, onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:



# AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO E REPARAÇÃO DE DANOS

---

em face da **Seguradora Lider -DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04 podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado endereço localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro de Rio de Janeiro, CEP: 20.31-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

## PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, o promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido:” a *simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se ‘pobre nos termos da lei’, desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal.* (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412).” Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como "**direito e garantia fundamental**" do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

## DOS FATOS



Cumprе ressaltar inicialmente que no dia 30 de abril de 2018, por volta das 10h00min, o requerente foi vítima de acidente de trânsito. Narrando-se o fato do ocorrido no dia acima citado, ocorre que o suplicante trafegava sob a condução de um automóvel/carro Fiat Pálio, nas imediações do Sítio “Boi Morto” situado no município de Nova Floresta-PB, quando ao chegar em determinado local do percurso, foi surpreendido por outro veículo, que também transitava pela mesma via, o qual chocou-se com o carro do requerente, razão pela qual, o mesmo veio a perder o total controle do seu veículo automotor, fazendo com que viesse a colidir sua cabeça fortemente. Sendo assim, não se sabe quem era o condutor do outro veículo, pois, ao momento do acidente, o suplicante não conseguiu identificar quem estava na condução do outro veículo. Posteriormente, a vítima foi socorrida por populares que passavam pelo local do fato, levando-o para o hospital Regional de Picuí-PB, local por onde foi submetido aos primeiros socorros e necessitou de passar por uma intervenção cirúrgica no seu braço direito (**membro superior direito**). Contudo, passou dois dias internado no Hospital acima mencionado e dois meses impossibilitado de exercer suas funções profissionais, em decorrência das sequelas obtidas em decorrência do impacto sofrido ao momento do acidente automobilístico.

Ressalta-se que, segundo o Boletim de Ocorrência nº. 023/2018 expedido pela Delegacia de Polícia Civil de Nova Floresta/PB, o requerente no momento do acidente conduzia o veículo/carro denominado Fiat/Palio Fire, ano/modelo 2016, Placa O EZ 4532-PB, cor prata, CHASSI 9BD17122ZG7577799, Código RENAVAM 0107917923-0, Licenciado em nome de HILÁRIO DA SILVA DANTAS.

Também informa a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido por populares que transitavam pelo local do fato, para o Hospital Regional de Picuí-PB.

É tanto que o autor em 30/11/2018 requereu, na esfera administrativa, o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvt junto a uma seguradora consorciada da requerida (Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB.), **sob sinistro nº. 3180434361, tendo tal procedimento extrajudicial se exaurido tendo em vista que a seguradora negou o pedido de indenização emitido pelo requerente**, razão pela qual só restou ao mesmo recorrer ao judiciário para ter seu direito a receber tal indenização, conforme se infere no documento em anexo. Desta feita, na presente inicial encontra-se esclarecidas todas as pendências assinaladas pela demandada.

Logo, nos leva a concluir que pelos danos causados a vítima, esse nobre juízo deve reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o at. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.



## DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) - no caso de morte;*

*II - - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;*

*e*

*III -- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”*

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é renunciado pela Lei 6194/74.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:



*“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”*

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente**, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

*134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)*

*6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio*



*da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovimento da apelação. Manutenção da sentença. Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20*

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2018, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente,*





*total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

...

*§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

-

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e*

-

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.*

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:



## ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	<b>100% (CEM POR CENTO)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
<b>Lesões de órgãos e estruturas</b> crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com <b>prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital</b>	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas



Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência da lesão **no membro superior direito (70% setenta por cento)** o que perfaz o percentual correspondente aos 70% (setenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, referente a sua perda funcional.



Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pelo autor.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

*“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”*

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

*“AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA –*

-

**1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro.**

-

*2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova*



*do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)”*

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

*11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)*

*56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexos causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/*



74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inasfastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano



*decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, **a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação**, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)*

Logo, está satisfeito o promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

### III - DOS PEDIDOS

**ANTE AO EXPOSTO**, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, “II”, ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)** conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente parcial e de repercussão média sofrida pelo promovente **no membro superior direito (70% setenta por cento)** de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.



c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos do artigo 98 e seguintes do CPC.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, correção monetária com base no INPC-IBGE, o qual começará a incidir desde a data do sinistro nos termos da súmula 580 do STJ, e, juros moratórios no percentual de 1,0% ao mês que deverão ser calculados a partir da citação, conforme acentua a súmula 426 do STJ.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85 do CPC.

g. Seja o autor submetido a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da ré, nos termos do convenio firmado entre ela e esse Tribunal.

Protesta ainda provar o promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Nesses Termos,  
pede deferimento.

Picuí – PB, 13 de fevereiro de 2019.





**NILO TRIGUEIRO DANTAS**

OAB-PB 13220

**Anexo 01**

-

**QUESITOS**

-

**1)** *Se existe nexô causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*

**2)** *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*

**3)** *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*

**4)** *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*

**5)** *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr.*



*Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: “75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais”.*

-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-  
-

## **Anexo 02**

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

<b>Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	



Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	100% (CEM POR CENTO)
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>



Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

## PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O(A) Outorgante Francisco Florentino de Sousa  
solteiro portador (a) do RG nº 2633.801  
leônico expedido por SSP/PB e CPF nº 013.154.944-85 residente e domiciliado(a) na(o) Rua Francisco Cunha Dantas UF PB, pelo presente nº 24 Bairro cenecista Cidade Picuí instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procuradores e advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS**, portador do CPF nº. 047.951.774-65, inscrito na OAB-PB sob nº. 13.220 e na OAB-RN sob nº. 834-A, e, **DIJANIELLYSON MONTEIRO NOBREGA**, inscrito na OAB/PB sob nº. 17068, brasileiros, casados, advogados, com endereço profissional na Rua Pedro Salustino de Lima, nº 47, Empresarial Evanisa Dantas, Sala "E", Pedro Salustino, Picuí-PB, fone (0\*\*83) 3371-2274, a qual confere poderes para o foro em geral, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil, podendo receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, firmar compromissos, prestar primeiras e últimas declarações, receber e dar quitação, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, **e, em especial**, receber em juízo o competente Alvará Judicial que for expedido em favor do(a) outorgante, praticar todos os atos necessários para o cumprimento deste mandato, inclusive substabelecer:

Picuí-PB, 06 de julho de 2015.

Francisco Florentino de Sousa  
Outorgante

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 53187-000  
Fones: 3371-2274 / 33912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES  
 ARTESANATO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF: 2633801 SSP PB

CPF: 013.154.944-85 DATA DE NASCIMENTO: 06/04/1981

FILIAÇÃO: ANA ODENISIA DE SOUSA

REGISTRO: 04059325708 VALIDEZ: 11/08/2019 1ª HABILITAÇÃO: 20/03/2007

OBSERVAÇÕES:

Assinatura do Portador: *Francisco Florentino de Sousa*

LOCAL: CAMPINA GRANDE, PB DATA EMISSÃO: 13/08/2014

Assinatura do Emissor: *Rodrigo Carneiro* 55221115101 PB022771506

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES

13 SET. 2013  
 PROTOCOLO  
 REG. JOÃO PESSOA



## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

RG nº 2633 801, data de expedição     /    /    , Órgão SSP/PB

CPF nº 015 154 944-85, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA ANTONIO FAUSTINO</u>
Número	<u>38</u>
Apto / Complemento	<u>CASA</u>
Bairro	<u>CENTRO</u>
Cidade	<u>FREEI MARTINHO</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58195-000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 3371-2274</u>
E-mail	<u>NILODANTAS@HOTMAIL.COM</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: FREEI/PB, 16/11/18

Assinatura do Declarante: Francisco Florentino de Sousa



ANA ODENIZIA DE SOUSA  
R. V. ANTONIO FAUSTINO, 38 - CENTRO  
FREI MARTINHO / PB CEP: 58196000 (AG: 80)

Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFASICO  
Roteiro: 3 - 81 - 635 - 020  
NP medidor: 00008222064

Referencia: Ago / 2017  
Emissao: 09/08/2017

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - J.EI 58071-680  
CNPJ 09.035.183/0001-40 - Inscrição Estadual: 5807171-85

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica: Nº 03.178.896  
Código de Verificação: 5807171-85

Atendimento aos Clientes: ENERGISA

0800 083 0796

Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a:

Apresentação:

Data prevista da  
próxima leitura:

CPF / CNPJ / RANI

Ago / 2017

09/08/2017

06/09/2017

11007230487

UC (Unidade Consumidora):

Insc. Est.  
5/242445-5

Canal de contato

Anterior		Atual		Constante		Consumo		Dif.	
Data	Leitura	Data	Leitura						
07/07/17	4579	09/08/17	4818			40		33	
<b>Demonstrativo</b>									
CCI	Descrição	Quantidade	Tardia /	Valor Base / Tarifa	Alíq. / cm	(R\$)	Bônus / Valor P.	(R\$)	Consumo
		Tardias Total (R\$)		KCMS (R\$)	KCMS		Provisão (R\$)	(+/- 4%) (+/- 8%)	
0801	Consumo em kWh	40,000	1,159,330	18,39	0,00	0	-1,00	18,39	0,18
0801	Adic. B. Amarela			0,61	0,00	0	-1,00	0,61	0,00
0801	Adic. B. Vermelha			-0,24	0,00	0	-1,00	-0,24	0,00
<b>LANÇAMENTOS E SERVIÇOS</b>									
0807	CONTRIBUIÇÃO PÚBLICA			2,35	0,00		1,00	0,00	0,00
CCI. Código de Classificação do Item		TOTAL		21,73	0,00		1,00	18,34	0,18

Média últimos meses (kWh)  
39

**VENCIMENTO**  
16/08/2017

**TOTAL A PAGAR**  
R\$ 21,73

Histórico de Consumo (kWh)											
39	38	43	38	44	33	41	40	8	36	40	
Jul/17	Jun/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Fev/17	Jan/17	Dez/16	Nov/16	Out/16	Set/16	Ago/16

7fbb.2d1a.1c1e.9194.b0fd.9d9a.be6a.1639.

Indicadores de Qualidade

Limites de ANEEL		Apurado		Limites de Tensão (V)	
DIC TRIMESTRAL	12,30	0,00		NOMINAL	220
DIC ANUAL	24,60			CONTRATADA	202
FIC MENSAL	3,30	0,00		LIMITE INFERIOR	202
FIC TRIMESTRAL	9,90			LIMITE SUPERIOR	231
FIC ANUAL	13,20				
DMIC	3,63	0,00			
DICRI	12,22				

Discriminação	Valor (R\$)	
Serviços de Dist. de Energia - VPB	8,48	30,29
Compra de Energia	8,48	40,91
Serviço de Transmissão	0,15	2,07
Encargos Setoriais	2,18	10,95
Impostos Diretos e Encargos	3,43	16,78
Outros Serviços	0,10	0,00
<b>Total</b>	<b>21,73</b>	<b>100,00</b>

Valor do EUSD (Ref. 02/17: R\$ 8,82)

**ATENÇÃO**

Faturas em atraso





**DECLARAÇÃO**  
**(Lei 7.115)**

Eu, Francisco Florentino de Sousa  
brasileiro(a), solteiro, Recôncito, portador do  
RG nº 2.633.801 expedido por SSP/PB e do CPF nº  
013.154.944-85, residente  
na(o) Rua Francisco Cunha Dantas,  
município de Picuí - PB, **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da  
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de  
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não  
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento  
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**  
**ENUNCIADO.**

Declarando ainda, ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e  
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 06 de julho de 2018

Francisco Florentino de Sousa

DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983  
DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.  
O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando  
firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.**

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação  
aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel/Hélio Beltrão





**CONTRATO DE TRABALHO**

Empregador .....

CNPJ/MF .....

Rua ..... N° .....

Município ..... Est. ....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo .....

..... CBO n° .....

Data admissão ..... de ..... de .....

Registro n° ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test. ....

1° ..... 2° .....

Data ..... 1- .....

**CONTRATO DE TRABALHO**

Empregador .....

CNPJ/MF .....

Rua ..... N° .....

Município ..... Est. ....

Esp. do estabelecimento .....

Cargo .....

..... CBO n° .....

Data admissão ..... de ..... de .....

Registro n° ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test. ....

1° ..... 2° .....



Rio de Janeiro, 30 de Novembro de 2018

Aos Cuidados de: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

Nº Sinistro: 3180434361

Vítima: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

Data do Acidente: 30/04/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador NILO TRIGUEIRO DANTAS

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180434361**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **30/04/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br), ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00645/00646 - carta\_04 - INVALIDEZ

00040323

Carta nº 13653935



**OCORRÊNCIA POLICIAL VERSANDO SOBRE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 023/2018**

Aos **05 de julho de 2018**, nesta cidade de **Nova Floresta**, Estado da Paraíba e na **Delegacia de Polícia Civil**, quando encontrava-se presente o Bel. **ELIAS J. RODRIGUES SILVA**, Delegado de Polícia Civil, comigo **LEANDRO R DE A AZEVEDO**, ao final assinado, aí, por volta das **16:21** horas, compareceu **FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA**, conhecido(a) por **CHICO DE BIU**, nacionalidade **BRASILEIRA**, estado civil **SOLTEIRO**, profissão **MECÂNICO**, grau de instrução **ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO**, com **37** anos de idade, nascido(a) aos **06/04/1981** em **PICUÍ – PB**, filho(a) de **ANA ODENISA DE SOUSA** e **PAI NÃO DECLARADO NOS DOCUMENTOS**, portador(a) de Cédula de Identidade Nº **2633801**, expedido pela **SSP/PB** e C.P.F. de Nº **013.154.944-85**, residindo no seguinte endereço **FRANCISCA CUNHA DANTAS 24**, bairro **CENECISTA**, cidade de **PICUÍ – PB**, telefone: ( ) , celular: **(83) 999350505**, CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTARÁ SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO:

QUE, no dia 30/04/2018, por volta das 10:00 horas, o noticiante trafegava no seu automóvel FIAT/PALIO FIRE, ANO/MODELO 2016, PLACA OEZ 4532/PB, COR PRATA, CHASSI 9BD17122ZG7577799, CÓDIGO RENAVAM 0107917923-0, LICENCIADA EM NOME DE HILARIO DA SILVA DANTAS, no Sítio Boi Morto, nesta cidade de Nova Floresta/PB, quando foi surpreendido por uma batida de outro automóvel no que o noticiante dirigia; QUE, devido a colisão entre os dois automóveis o noticiante perdeu o controle do carro e bateu forte com a cabeça; QUE, o motorista do outro veículo, que o noticiante não sabe informar quem seja, não prestou socorro ao noticiante; QUE, o noticiante foi socorrido por populares que passavam no local e foi levado para o Hospital Regional de Picuí, onde foi submetido aos primeiros socorros e a um procedimento cirúrgico no braço direito, que fora fraturado devido ao acidente ; QUE, passou dois dias internado no Regional de Picuí/PB e passou 2 meses em poder exercer suas funções profissionais em decorrência do acidente que sofrera. **Nada mais havendo a tratar, depois de lido e achado conforme, vai por mim e pelo(a) noticiante assinada.**

TESTEMUNHAS:

1 – Nome: OLIVEIROS REIS REMIGIO, R.G. n.º 857.327 2ª VIA, C.P.F. n.º 601.892.664-49.


Endereço: RUA MARCELINO BALBINO DOS SANTOS 24 BAIRRO SÃO JOSÉ - PICUÍ/PB.

2 – Nome: MARIA DAS VITÓRIAS CABRAL, R.G. n.º 2314174, C.P.F. n.º 028.945.454-95.

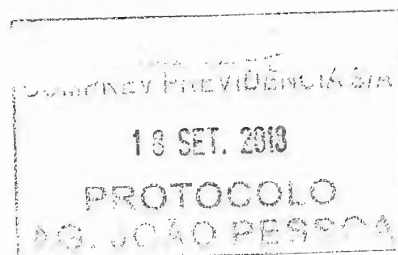
Endereço: RUA FRANCISCA CUNHA DANTAS 24 BAIRRO CENECISTA - PICUÍ/PB.

Nova Floresta/PB, 15 de agosto de 2018.

  
**FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA**  
Noticiante

  
**LEANDRO R DE A AZEVEDO**  
Escrivão de Polícia





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS TRANSPORTES**

**DETRAN - PB**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO**

VIA: 1 0107917923-0 00700000000 2018  
 COD. RENAVAM: 2018260000930-9 EXERCÍCIO

NOME: **HILARIO DA SILVA DANTAS**

PLACA: **OEZ4532/PB**

CHASSI: **9BD17122ZG757799**

NOVO: **NOVO**

COMBUSTÍVEL: **ALCO/GASOL**

PAS/AUTOMOVEIS

MARCA/MODELO: **FIAT/PALIO FIRE**

CAP/POT/OIL: **5 P/75 /CV**

CATEGORIA: **PARTIC**

VEN. BOTA ÚNICA: **00/00/0000**

PARCELAMENTO/ COTAS: **0**

FAIXA LIVRA: **0**

PREMIO TARIFARIO (R\$): **0**

IOF (R\$): **0**

PREMIO TOTAL (R\$): **0**

DATA DE PAGAMENTO: **04/06/2018**

SEGURO: **SEGURO**

PA G O

OBSERVAÇÕES:

**A.F. BANCO ITAUCARD S/A**

**ELCUI - PB**

LOCAL: **0**

DATA: **04/06/2018**

32875 671

**SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, CONTRA A RESPONSABILIDADE CIVIL, TRANSPORTADAS SOB A COBERTURA DE SEGURO DPVAT**

**PB Nº 013930607661 BILHETE DE SEGURO DPVAT**

**ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA**  
**www.seguradora lider.com.br**  
**SAC DPVAT 0800 022 1204**

EXERCÍCIO: **2018** DATA EMISSÃO: **04/06/2018**

PLACA: **OEZ4532/PB**

RENAVAM: **01079179230** MARCA/MODELO: **FIAT/PALIO FIRE**

ANO FAB: **2016** Nº CHASSI: **9BD17122ZG757799**

CPF (CNPJ): **07457362460**

**PRÊMIO TARIFÁRIO**

FNS (R\$): **\*\*\*\*\*** DENATRAM (R\$): **\*\*\*\*\*** CUSTO DO SEGURO (R\$): **\*\*\*\*\***

CUSTO DO BILHETE (R\$): **\*\*\*\*\*** IOF (R\$): **\*\*\*\*\*** TOTAL SERVIÇO PRÉ-SEGURO (R\$): **\*\*\*\*\***

SEGURO: **SEGURO** PA G O

PAGAMENTO: **PARCELADO** DATA DE QUITAÇÃO: **04/06/2018**

COTA ÚNICA: **0**

**SEGUROADORA LÍDER - DPVAT**  
 CNPJ 08.248.808/0001-04

671-0904200-20180604

**PROTÓCOLO**  
**13 SET. 2013**  
**PROVIDENCIA**

## Declaração do Proprietário do Veículo

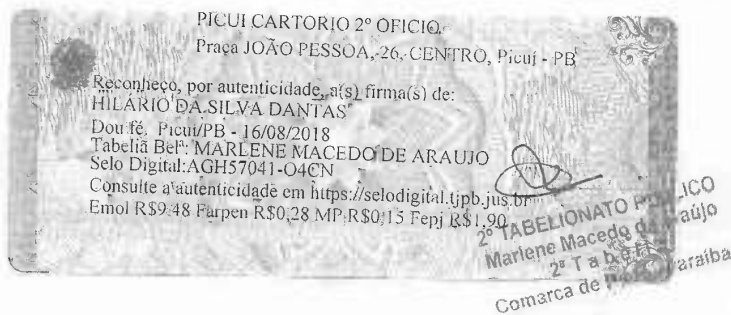
Eu, Hilário da Silva Dantas,  
RG nº 3282.099, data de expedição 25/10/2004,  
Órgão SSP/PB, portador do CPF nº 044.513.624-60, com  
domicílio na cidade de Picuí, no Estado de  
PB, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)  
Rua Emílio Macedo, nº 13,  
complemento \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo  
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a  
vítima Francisco F. de Sousa, cujo o condutor era  
o mesmo.

Veículo: Automóvel  
Modelo: FIAT PALIO  
Ano: 2016  
Placa: DEZ 45321PB  
Chassi: 9BD37122ZG7577799  
Data do Acidente: 30/04/2018  
Local e Data: Picuí - PB, 16 de Agosto de 2018

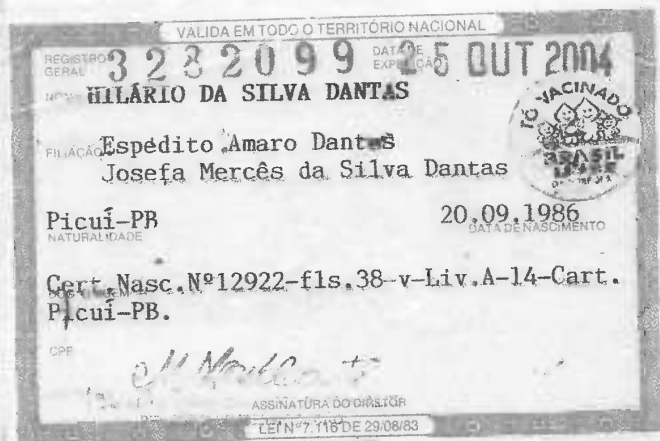
2º TABELIONATO  
PICUI - PB

Hilário da Silva Dantas  
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor ( caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro )









Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL\* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal\* é obrigatório para os seguintes casos:

**Casos com vítima entre 0 a 15 anos** – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

**Casos com vítima entre 16 e 17 anos** - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

**Casos com vítima interditada com curador** – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima

FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

CPF da Vítima

013 154 944-85

Data do Acidente

30/09/2018

**REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA**

Nome completo do Representante Legal

CPF do Representante legal

Email

Telefone (DDD)

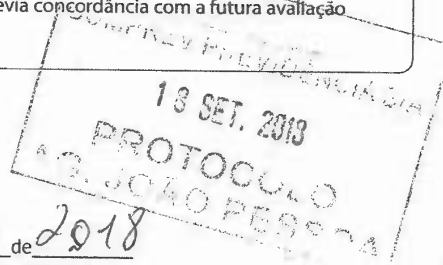
Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

**Assinalar uma das opções abaixo:**

- ☒ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.



PICUI-13, 12 de Setembro de 2018

Local e Data

Francisco Florentino de Souza

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017

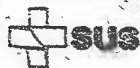




ESTADO DA PARAIBA - SECRETARIA DE SAÚDE		FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL							
CÓDIGO DA UNIDADE: 2757710		CGC/CPF: 08.778.268.0001/60							
NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI									
END.: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SANTO									
MUNICÍPIO: PICUI	ESTADO: PARAIBA	UF: 25							
Nome: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA									
Raça/Cor: BRANCA									
Dt. Nasc: 06/04/1981	Idade: 37 ano(s)	mês(es) de idade	dia(as) de idade						
Sexo: M									
Mãe: ANA ODENISIA DE SOUSA									
Profissão: AGRICULTOR(A)									
Documento: 2633801									
Endereço: RUA MARCELINO BALBINO DOS SANTOS									
Bairro: SAO JOSE									
Município/CEP/IBGE: PICUI - PB - 58187000 - 251140									
Telefone para contato: (83) 0000-0000 /									
Data e Hora: 30/04/2018 10:36:07									
PESO: _____		PA: _____	TEMP: _____						
ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)									
<i>[Handwritten signature]</i>									
<i>[Handwritten signature]</i>									
<i>[Handwritten signature]</i>									
EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)									
<i>[Handwritten signature]</i>									
RESULTADOS									
<i>[Handwritten signature]</i>									
18 SET. 2018									
PROTÓCOLO									
RECEPCIONISTA: HRP									
MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS		CID-10: _____							
1. <i>[Handwritten]</i>									
2. <i>[Handwritten]</i>									
3. <i>[Handwritten]</i>									
4. <i>[Handwritten]</i>									
01 - ELETIVO		CARÁTER DO ATENDIMENTO							
02 - URGÊNCIA									
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA									
04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO									
05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS									
PROCEDIMENTO - descrição: _____									
DIAGNÓSTICO: _____									
MEDICAMENTO: _____									
ENCAMINHAMENTO: _____									
1. PRESCRITA				<input type="checkbox"/>	OBSERVAÇÃO	<input type="checkbox"/>	RESIDÊNCIA	<input type="checkbox"/>	INTERNAÇÃO
2. APLICADA				<input type="checkbox"/>	OUTRO HOSPITAL	<input type="checkbox"/>	ÓBITO	<input type="checkbox"/>	OUTROS
SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:				1- _____					
				2- _____					
				3- _____					
ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S): CARIMBO(S)				CRM					
ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL				OU POLEGAR DIREITO					
ASS. DO REVISOR TÉCNICO CARIMBO				ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO CARIMBO					

CADASTRO: 377142





Sistema  
Único de  
Saúde

Ministério  
da  
Saúde

# LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

2 - CNES

2757710

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

3 - NOME DO PACIENTE

Francisco Florentino de Sousa

4 - Nº DO PRONTUÁRIO

92576

5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

70690512135339

6 - DATA DE NASCIMENTO

06/04/81

7 - SEXO

Masculino ☒ 1 Feminino ☐ 3

8 - RACIOCOR

9 - NOME DA MÃE

Sra. Odeneria de Sousa

10 - TELEFONE DE CONTATO

DDD ( ) Nº DO TEL.

11 - NOME DO RESPONSÁVEL

Mário dos Vitórios Cabral

12 - TELEFONE DE CONTATO

DDD ( ) Nº DO TEL.

13 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Marcelino Barbosa

14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Picuí

15 - CÓD. DEB. MUNICÍPIO

18140

16 - UF

PB

17 - CEP

5818200

## JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

18 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Doença com febre  
do 1º dia de vida  
+ 50 pontos

19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Doença + febre + 10 pontos

20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE EXAMES DIAGNÓSTICOS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Exame clínico + Rx

21 - DIAGNÓSTICO PRINCIPAL

Pneumonia

22 - CID 10 PRINCIPAL

23 - CID 10 SECUNDÁRIO

24 - CID 10 TERCIÁRIO ASSOCIADAS

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

25 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Tratamento clínico + Rx

26 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

27 - CLÍNICA

28 - ENDEREÇO DE RESIDÊNCIA

29 - DOCUMENTO

30 - Nº DO DOCUMENTO (CNPJ/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE

31 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

32 - DATA DA SOLICITAÇÃO

06/10/2018

33 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

06/10/2018

## PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÂNCIAS)

34 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - CATEGORIA DA LESÃO

38 - Nº DO BEM

39 - SÉRIE

35 - ( ) ACIDENTE TRABALHADO TEMPO

40 - CNPJ DA EMPRESA

41 - CATEGORIA DA EMPRESA

42 - CATEGORIA

36 - ( ) ACIDENTE TRABALHADO TRÁFICO

43 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) SUPERVISOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESSEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO COBERTO

## AUTORIZAÇÃO

44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

45 - CÓD. ORÇÃO EMISSOR

50 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

46 - DOCUMENTO

( ) CNES ( ) CPF

47 - Nº DO DOCUMENTO (CNPJ/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

13 SET. 2018

PROTOCOLO

10.0040 PESSE





GOVERNO  
DA PARAÍBA

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI  
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo  
CEP: 58187-000 - Tel.: (83) 3371-2554/2990  
Picuí - PB - CNPJ: 08.778.268/0001-60

Nº AIH \_\_\_\_\_  
Nº de Ordem \_\_\_\_\_  
Nº de Reg. 92576  
Nº do Docum. 2633801

### ARQUIVO MÉDICO

Nome: Francisco Fluminense de Sousa  
Responsável: Mãe dos Vitórias Cabral

Pai: \_\_\_\_\_  
Mãe: Mãe Odenise de Sousa

Prof.: Aguil Data Nasc.: 06/09/81 Idade: 37

Endereço: Marcelino Balbani Nº \_\_\_\_\_

Bairro: S. José Cidade: Picuí Est. Civil: Solt

### PREENCHIMENTO MÉDICO

Diagnóstico definitivo: Frat. Rido

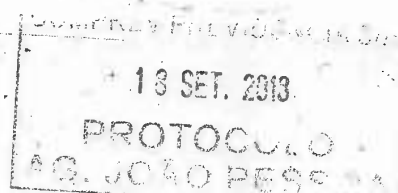
Tratamento efetuado no hospital: cirúrgico

Exames realizados: \_\_\_\_\_

Internado em 04/08/18 Alta em 1 Óbito em 1

Arquivista

Médico Assistente



Nº	NOME: Francisco Clementino de Sousa	IDADE: 37º	PRONTUÁRIO Nº: 99.576
	HIPÓTESES DIAGNÓSTICAS:	ENFERMARIA: 208	DATA DA INTERNAÇÃO: 04/05/18
	Prescrição de médico	LEITO: 02	DATA ATUAL: 04/05/18
	PRESCRIÇÃO MÉDICA		EVALUÇÃO DIÁRIA
1		1	
2		2	
3		3	
4		4	
5		5	
6		6	
7		7	
8		8	
9		9	
10		10	
11		11	
12		12	
13		13	
14		14	
15		15	







GOVERNO  
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

## FICHA DE ANESTESIA

NOME <i>Francisco Fleury de Sousa</i>		IDADE <i>37a</i>	SEXO <i>M</i>	GR. SANGÜÍNEO <i>-</i>
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO <i>Fratura de rádio (D)</i>		CATEGORIA <i>SUS</i>		DATA <i>04/05/18</i>
OPERAÇÃO REALIZADA <i>trat. cir. de fratura de rádio e fixação</i>				
CIRURGIÃO <i>Dr. Raulton</i>		AUXILIAR <i>-</i>	ANESTESISTA <i>Dr. Vieira</i>	
AGENTES VOLUNTÁRIOS				
CÓDIGO	<i>[Handwritten signature]</i>			
Anestesia X	200			
Oper. Inturb T	180			
Endotr. Pres A	160			
Distal Pulso O	140			
Resp. RA	120			
Assit. Resp. RE	100			
Exchont. Resp. RC	80			
Outr.	60			
	40			
	20			
Pré-Anestésico				
Anestesia	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Raquiana	<input type="checkbox"/> Peridural	<input type="checkbox"/> Bloqueio de Plexo
Técnica	<input type="checkbox"/> Outras			
Início	Término		Venoclise	
AGENTES DOSES		LÍQUIDO	Duração minutos	
<i>FENTANIL 100 µg</i>		<i>S FISIOL 0.9</i>	<i>100</i>	
<i>PROPOFOL 200 mg</i>				
<i>RODANGETANOL 10 mg</i>				
<i>RAMIFOLINA 50 mg</i>				
<i>DEXADLETACONA 10 mg</i>				
<i>ROSEOPAM COMP. 100 mg</i>				
<i>CEFAZOLINA 1 g</i>				
<div>Assinado eletronicamente por: NILO TRIGUEIRO DANTAS - 13/02/2019 10:07:13 http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021111420327800000018612755 Número do documento: 19021111420327800000018612755</div> <div>3 SET. 2018 PROTOCOLO AG. JOÃO PESSOA</div> <div><i>[Handwritten signature]</i></div>				



### DESCRIÇÃO DE CIRURGIA

<b>Nome do Paciente:</b> Francisco Fontino de Sampa			
<b>Data da operação:</b> 04/05/18		<b>Enf.:</b> 208	<b>Leito:</b> 02
<b>Operador:</b> Dr. Bailton		<b>1º Auxiliar:</b> —	
<b>2º Auxiliar:</b> —	<b>3º Auxiliar:</b> —	<b>Instrumentador:</b> —	
<b>Anestesista:</b> Dr. Viana		<b>Tipo de Anestesia:</b> Gual	
<b>Diagnóstico Pré-operatório:</b> Tumor Adeno			
<b>Tipo de operação:</b> Tuf - ampico h fufuo Adeno (87)			
<b>Diagnóstico Pós-operatório:</b> —			
<b>Relatório Imediato do Patologista:</b> —			
<b>Exame Radiológico no Ato:</b> —			
<b>Acidente durante a operação:</b> —			

### DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspecto Visceras

Tumor Adeno  
ampico h fufuo  
Adeno (87)  
Sutura  
Material  
Aspecto Visceras

[Assinatura]

13 SET. 2013  
PROTOCOLO  
12.000.259224







## FICHA DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

Nome Francisco Ildefonso da Silva Idade 37a Sexo ☒ M ☐ F ☐

Admissão 04/05/18 Clínica ☒ Cirúrgico ☐ Ala ortopedico Enf. 208 Leito 02

Diagnóstico fratura de rádio (D)

Infecção ☐ Sim ☒ Não ☐ Hospitalar ☐ Comunitária

Topografia Infecção ☐ Gastro Intestinal ☐ Genital ☐ S.N.C. ☐ Ferida Cirúrgica  
☐ Urinária ☐ Septicemia ☐ Respiratória ☐ Pele / TSC ☐ Outros

Procedimento Realizado ☐ Biópsia ☐ Cateter Venoso ☐ Cateter Vesical ☒ Corticóide / Corticoterapia  
☐ Drogas Antineoplásicas ☐ Diálise ☐ Endoscopia ☐ Flebotomia  
☐ Hemoterapia ☐ Nebulizador ☐ N P ☐ Punção Venosa  
☐ Punção Lombar ☐ Punção Abdominal ☐ Punção Torácica  
☐ Traqueostomia ☐ Tubo Endotraqueal ☐ Outros

### Considerações Cirúrgicas

Cirurgia Realizada Tret. cir. fratura de rádio e ulna Anestesia geral EV

Data 04/05/18 Tempo 30 min

☒ Limpa ☐ Infectada ☐ Eletivo ☐ G P  
☐ Potenc. Contaminada ☒ Urgência ☐ P P  
☐ Contaminada ☐ Emergência ☒ M P

### EQUIPE

Cirurgião Dr. Raulton Auxiliar —  
Instrumentador — Anestesista Dr. Viana

RAIO X NA SALA ☐ Sim ☒ Não

USO DE ANTIBIÓTICO ☒ Profilático ☒ Terapêutico

NOME	<u>Cefalotina 1g</u>	NOME	
DOSE / DIA	<u>02 F/Amp</u>	DOSE / DIA	
DURAÇÃO	<u>Trans-operatório</u>	DURAÇÃO	

BACTERIOLOGIA			
GRAM <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		CULTURA <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
MATERIAL	DATA	RESULTADO	ATB

Obs:

CONDIÇÕES DE ALTA ☐ Curado ☐ Transferido ☐ Óbito ☐ Melhorando ☐ À Pedido

☐ Inalterado Causa:

Médico Assistente

C.C.I.H





# MATERIAL E MEDICAMENTO GASTO NA SALA DE OPERAÇÃO 02

Paciente: Francisco Florimino de Souza  
Médico: Dr. Raulton Aux.: — Anest.: Dr. Vivian  
Diagnóstico: Intussuscepção de cecão Tratamento: CIRÚRGICO  
Anestesia: Geral Início: — Término: — Enfer.: 208 Leito: 02

MEDICAÇÕES ANESTÉSICAS	QTD	MATERIAIS / SOLUÇÕES	QTD	FIOS	QTD
ALFENTA AMP		AGULHA DESCARTÁVEL 13X4,5		CAT GUT CROMADO Nº	
BUSCOPAM COMPOSTO		AGULHA DESCARTÁVEL 25X7	01	CAT GUT CROMADO Nº	
BUSCOPAM SIMPLES		AGULHA DESCARTÁVEL 40X12		CAT GUT CROMADO Nº	
DIAZEPAM AMP		AGULHA PERIDURAL Nº		CAT GUT SIMPLES Nº	
DIMORF AMP mg		AGULHA RAQUI Nº		CAT GUT SIMPLES Nº	
DOLANTINA AMP		ALCOOL À 70%		CAT GUT SIMPLES Nº	
DORMONID AMP		ALGODÃO ORTOPEDICO	05	ETHIBOND	
ETOMIDATO AMP		AR COMPRIMIDO		FIO DE ALGODÃO C/A	
FENTANIL AMP		ATADURA DE CREPOM 15cm	03	FIO DE ALGODÃO S/A	
HALOTHANO		ATADURA GESSADA 15cm	02	MONONYLON Nº	
HYPOCAINA 2%		BOLSA P COLOSTOMIA		MONONYLON Nº	
ISOFURINE		BORRACHA LÁTEX	01	MONONYLON Nº	
KETALAR		CATETER P/ 02	01	PROLENE Nº	
LIDOCAINA		CLAMP UMBILICAL		PROLENE Nº	
NARCAN AMP		CLOHEXIDINA	05	PROLENE Nº	
NEOCAINA PESADA 0,5%		COLETOR S/F P/SVD		VICRYL Nº	
NILPERIDOL AMP		COMPRESSA GRANDE	05	VICRYL Nº	
PANCURON AMP		DEPOSITO ANATOMOPATOLOGICO P.M.G.			
PROPROFOL AMP	05	DRENO			
QUELICIN		DRENO HEMOVAC/SUÇÇÃO Nº		SOROS	QTD
SEVORONE	25	DRENO PENROSE Nº		CONCENTRADO DE HEMÁCIAS	
THIOPENTAZ FRASCO		ELETRODO	05	S.F. A 0,9% 100ml	
TRACUR AMP		EQUIPO DE SANGUE		S.F. A 0,9% FRASCO 250ml	
XYLESTESIN FRASCO		EQUIPO MACROGOTAS		S.F. A 0,9% FRASCO 500ml	01
		ESPARADRAPO	05	S.G. A 5% FRASCO 500ml	
MEDICAÇÕES	QTD	ETER SULFURICO		S.R. FRASCO 250ml	
ADRENALINA AMP		FIO DE KIRSCHNER Nº 20	01	S.R. FRASCO 500ml	01
AGUA DESTILADA AMP		GAZES ESTEREIS	05		
AMICACINA 250 mg		GEL CONDUTOR			
AMINEFILINA		INTRACATH ADULTO		ÓRTESE E PRÓTESE	QTD
ATROPINA		JELCO Nº			
BENZETACIL AMP		KIT METICELULOSE			
BROMOPRIDA		LÂMINA DE BISTURI Nº11			
CEDILANIDE AMP		LÂMINA DE BISTURI Nº15			
CEFALOTINA 1g F/AMP	02	LÂMINA DE BISTURI Nº23			
CEFTRIAXONA 1g		LENTE INTRA OCULAR			
CIMETIDINA AMP	01	LUVAS Nº 6,5			
DECADRON AMP	01	LUVAS Nº 7,0	01		
DIPIRONA AMP		LUVAS Nº 7,5			
EFEDRINA AMP	01	LUVAS Nº 8,0			
FENERGAN AMP		LUVAS Nº 8,5			
GARAMICINA AMP mg		LUVAS P/PROCEDIMENTO		EQUIPAMENTOS	
GLUCOSE AMP		MICROPORE		ASPIRADOR	( )
HETHERGIN		OXIGÊNIO L/M	05	BERÇO AQUECIDO	( )
HIDRALAZINA		PVPI DEGERMANTE		BISTURI ELETRICO	( )
HIDROCORTISONA AMP mg		PVPI TÓPICO		CARDIOMONITOR	( )
KANAKION AMP		SCALP Nº		DESFIBRILADOR	( )
LASIX AMP		SERINGA DESCARTAVEL 1 ml		ESFIGNOMANOMETRO	( )
METRONIDAZOL AMP		SERINGA DESCARTAVEL 10 ml		FOCO AUXILIAR	( )
NAUSEDRON AMP	01	SERINGA DESCARTAVEL 20 ml	01	FOCO CENTRAL	( )
OMEPRAZOL		SERINGA DESCARTAVEL 3 ml		OXIMETRO DE PULSO	( )
OXITOCINA		SERINGA DESCARTAVEL 5 ml			
PLASIL AMP		SONDA DE FOLLEY Nº			
PROSTIGME		SONDA NASOGÁSTRICA Nº			
TENOXICAN mg		SONDA URETRAL Nº			
TRASAMIM AMP		SONDA URETRAL Nº			
VITAMINA K		TELA CIRÚRGICA			
VOLTAREN AMP		TUBO ENDOTRAQUEAL Nº			

13 SET. 2013  
PROTÓCOLO  
CIRCULANTE





## GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI – “Felipe Tiago Gomes”

### DECLARAÇÃO

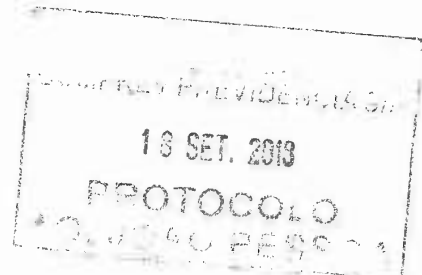
Declaro para os devidos fins que as informações necessárias estão presentes no prontuário. Cabendo a Autoridade Competente confrontar a Veracidade dos Fatos informados com os ocorridos, conforme na Ficha Ambulatorial supracitado.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima e consideração.

Picuí- PB, 18 de junho de 2018 .

  
Izomira de   
Auxiliar Adm. - 210996-4

Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15  
Bairro: Monte Santo  
Picuí – PB  
CEP - 58.187-000  
Fone/Fax - (83) 3371-2990  
CNPJ - 03.515.174/0001-85 UTB-14009-00  
[hospitalregionaldepicui@gmail.com](mailto:hospitalregionaldepicui@gmail.com)





GOVERNO  
DO PARÁ



Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Lucas Florentino Vitorino portador(a) da identidade RG 552, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 10 horas, submetido(a) a 552, portador da patologia CID-10 552, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 60 dias, a partir desta data.

Picuí, 04.05.18

[Assinatura]  
ORTOPEDISTA  
CRM-PA 338.000-1/13-18

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

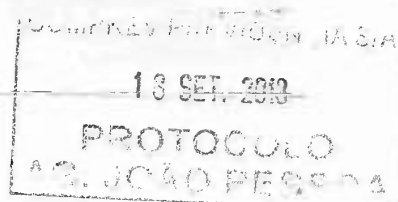
### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o(a)  
Dr. (a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO





Tribunal de Justiça da Paraíba

Vara Única de Picuí

PROCEDIMENTO COMUM (7) Nº 0800064-82.2019.8.15.0271

## DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a justiça gratuita.

Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

Sendo assim, em respeito aos princípios da duração razoável do processo e economia processual, **cite-se o promovido** para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.



Apresentada a contestação, caso esta seja instruída com documentos e/ou sejam arguidas preliminares ao mérito, **intime-se a parte autora à réplica/impugnação**, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se **independentemente de novo despacho**.

Picuí, data da assinatura eletrônica.

**Anyfrancis Araújo da Silva**

**Juiz de Direito**





Poder Judiciário da Paraíba  
Vara Única de Picuí

Rua São Sebastião, S/N, CENTRO, PICUÍ - PB - CEP: 58187-000

---

Número do Processo: 0800064-82.2019.8.15.0271  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [Espécies de Contratos, Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro]  
Polo ativo: AUTOR: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA  
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### CERTIDÃO

Certifico e dou fê que, tendo em vista que o AR da carta ID 26472750 não ter sido devolvido até a presente data, expeço mandado de citação do réu, via sistema..

PICUÍ, 25 de junho de 2020  
LOURDEMAR VERAS FARES DAVID





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUÍ**

**VARA ÚNICA DE PICUÍ**

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

**MANDADO DE CITAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO: 0800064-82.2019.8.15.0271**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Picuí, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte:  
**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**  
**Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5º Andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ**

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado cumprido, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na petição inicial.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

Picuí/PB, 25 de junho de 2020.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID  
Técnico Judiciário

**PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:**

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	190213100629073000000018612633
1.PROCURAÇÃO	Procuração	190211113916999000000018612650
2.RG E CPF	Documento de Identificação	190211113945704000000018612660





3.DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA	Documento de Comprovação	19021111395321200000018612672
4.COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA	Documento de Comprovação	19021111400678500000018612682
5.DECLARAÇÃO DE POBREZA	Documento de Comprovação	19021111403300200000018612696
6.COMPROVANTE DE RENDA	Documento de Comprovação	19021111403820600000018612700
7.CARTA NEGATIVA-FRANCISCO FLORENTINO	Documento de Comprovação	19021111405415700000018612718
8.BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação	19021111410393600000018612723
9.DOC DO VEÍCULO	Documento de Comprovação	19021111411342200000018612730
10.DECLARAÇÃO DO PROPRIETÁRIO	Documento de Comprovação	19021111412791600000018612737
11.DOC. DO PROPRIETÁRIO	Documento de Comprovação	19021111414271900000018612744
12.DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DO IML	Documento de Comprovação	19021111415131600000018612752
13.PRONTO MÉDICO I	Documento de Comprovação	19021111420327800000018612755
14.PRONTO MÉDICO II	Documento de Comprovação	19021111421119900000018612764
Despacho	Despacho	19041712295846400000020070522
Carta	Carta	19112418183393800000025566902
Certidão	Certidão	20062511180273700000030481349



EM ANEXO



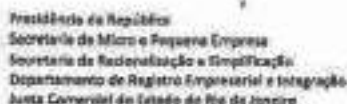


PHOTO: JILL SUTHERLAND FOR EYE-EM; FRANK: CHRISTIAN ZICK; A SHIRT: JIMMY CHOO; SHIRT: LUIS LOPEZ

33-10028479-6

### Tissue synthesis

Sociedade anônima

**Robert A. Levine**

Normal

### 200 Jan. Sprint running

00-2018/017153-4 16/01/2018-10:52:13

**JUCERJA**

DocId:3388 - 10/22/2007

Pubmed: 25329024

SEGUROGRA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Reference: 11/10/1996

Wesley: 00000000-0000-0000-0000-000000000000

Onggfa	Estimado	Pago
Suma	370,00	370,00
DEL	21,00	21,00



### REQUIREMENTS



Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
	1000	1000	
	1001	1001	
	1002	1002	
	1003	1003	
	1004	1004	

Representante legal da empresa

Local	Nome:	 
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2038/017153-4

Santa Comercial do Estado do Rio de Janeiro

EXATISSIMO: SEGURADORA LIDER DOS CONDOMINIOS DO SEUVO DUVAL S/A

DATE: 30/01/2019-8. Expediente: 00-2016/017103-4 Data de protocolo: 26/01/2019

REGISTRADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 sob o número 00003149038 e demais condições de acordo de

authentication.

Agavev1.000000: 2069143867848120CF0F4868AFA053E7F8F05CF58742F733W49CA7DA80E1D8

Data validar o documento acesse <http://www.tjcrj.jus.br/servicos/canceladigital>. Informe o n° de protocolo. Pág. 7/17



**DIJCEHIA**  
A weekly entertainment



**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 – 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabil de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalla Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Dí Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenowitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Pêixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do  
Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

*CR* *Isabella*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 50-2018/037937-4 Data de emissão: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE AUTENTICAÇÃO em 26/01/2018 sob o número 02303149258 e demais constantes do livro de autenticação.	
Autenticação: F089761263K8223GFC6425GAFAD2EGPFFD5CP68740F733K496RFA80B1F88	
Para validar o documento, acesse: <a href="http://www.jucerj.rj.br/gov.br/servicos/validacao19102">http://www.jucerj.rj.br/gov.br/servicos/validacao19102</a> , informe o nº do protocolo, Pág. 1/13	



Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, Inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (III) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (II) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE A SUSEP
1	José Iamar Alves Torres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Belliz	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata de Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Comércio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*Assinaturas manuais*



**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Justiça Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
 Empresa: REGISTRADORA LÍDER DOS CONSORCÍOS DO BRASIL S/A  
 NIRE: 333.5028474-4 Protocolo: 00-1015/517153-4 Data de protocolo: 26/01/2018  
 CNPJ/FUNDO: 00.962.974/0001-90 Data de emissão: 30/01/2018 POR O NÚMERO 00031:43055 e demais constantes do termo de autenticação.  
 Autenticação: F0637435DF44972C0F1B43B5AFAA81E2F7D5C768740F1335495AF5A55E17B5  
 Para validar a documentação acesse: <http://www.juizrn.rj.gov.br/servicos/chancelaDigital>, informe o n° de protocolo: Pág. 3/1



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DE, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Empresa: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017133-4 Data de protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 26/01/2018 SOB O NÚMERO 0000149699 e demais conteúdos do termo de autenticação.	
Autenticação: F0697438CFA4B22CFC0A05A7F8E5C0F05C61400733E496AF1A0E1F98	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancelaDigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancelaDigital</a> , informe o nº de protocolo, Pág. 8/13.	



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro	
Registro: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A	
NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 08-2018/011153-4 Data do protocolo: 26/01/2018	
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 10/01/2018 SOB O NÚMERO 0003148055 e demais condições do termo de arquivamento.	
Autenticação: F06974385FA48220C7E4051A7A8E1C8E7E0C7E740F2236496A70A2001F8E	
Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja-rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja-rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a> , informe o nº de protocolo: Pág. 10/10	





RETENTIONED

De acordo com a Portaria, Saneamento nº 755, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado, de 3 de janeiro de 2018, página 158, artigo 1º, inciso III, a: "as unidades de saneamento de abastecimento instaladas por 1º de dezembro de 2017"; todavia, "na ausência de evidência documental instaladas em 1º de novembro de 2017".

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA  
QUALIDADE E TECNOLOGIA

9418 J. Neurosci., July 26, 2006 • 26(30):9411–9424 • 9419

O Serviço substituiu de imediato 50% do efetivo de agentes policiais da Superintendência de Recursos Humanos - SUSEP, no processo de seleção para a Superintendência de Fisco, em virtude da Portaria n. 8.222, de 10 de maio de 2016, assinada pelo então Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Paulo Guedes, e a Portaria n. 77, de 22 de novembro de 2016, a qual criou a pasta da Superintendência de Fisco, sob o comando do Sr. Paulo Guedes.

Art. 7. Regenera a stăruie în administrarea și conducerea LIGII DE CONȘTIINȚĂ DE ÎNDOVOLEZ DIFORT S.A. Cămin, nr. 166-166-166, care este în stăruie de la 10 de dimineață - 12, se află în stăruie în stăruie de la 10 de dimineață de dimineață până la 12 de dimineață de dimineață.

#### SHOULD BE PARTIAL

Pháp luật Việt Nam, ngày 11 tháng 10 năm 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE PARANÁO, NA SUPERINTENDÊNCIA DA SAÚDE PARANÁO, SUSPAR, no uso de competência delegada pelo Secretário de Estado, por meio da Portaria nº 2.535, de 10 de maio de 2004, nomeia em cargo de direção o médico Dr. Roberto de Lencastre, de 31 de novembro de 1946, nomeado em cargo de 7.º de 1.º Complemento nº 135, de 12 de janeiro de 2004, e, em cargo de 2.º de 1.º de janeiro de 2004, por meio de processo Suspar nº 143/2004/2004, e, respectivamente.

AN. 12. JOURNAL e revista de membros do comitê de membros do WE BRAZIL. NUNCIADOR S.A. CPM e 22114.00000000, com sede no estado de São de Janeiro - RJ, conforme declarado no ato de inscrição de administração realizada em 28 de maio de 2017.

A.C. F. C22 publica sulla sua rivista dei dati de sua pubblicazione.

## FIELD CODE: 24-87711

## SECRETARIA DE COMERCIO EXTERIOR

CIRCULAR NO. 4, DE 10 DE JUNHO DE 1939

© SECRETARIA DOS RECURSOS EXTRAJUDICIAIS, INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SERVIÇOS, no ato de sua publicação, declara, sob pena de multa, que a reprodução, total ou parcial, sem autorização, é proibida. É permitida a reprodução para fins de divulgação institucional, desde que não seja feita para fins comerciais, e que seja dada a devida atribuição ao órgão de origem.

- [illegible]

## RENTAL AGREEMENTS BY MAIL

[illegible]

See [www.pearsoned.com](http://www.pearsoned.com) for more information about this book and to purchase a complimentary desk copy. ISBN 0-205-41300-0

Procedimento editorial digitalizado conforme NBR 12130-1 de 1993/2004, que levanta e  
informa sobre o Censo 2004 da Biblioteca - UFPA

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: REPARADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO SPVAT S/A  
NIRE: 311.862478-6 Protocolo: 00-2018/027153-4 Data de protocolo: 28/01/2018  
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 CCE-0-NDRCAD 00001319006 e demais conteúdos do Sistema de autenticação.  
Autenticação: FD9741667448220FD89656A9AC8E6F8E705C8F8740F233E296AFA20C175E  
Para validar o documento acesse <http://www.jucisrio.rj.gov.br/servicos/chanceladigital/>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/11





4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

2/2

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** - A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** - A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** - A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** - O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** - Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** - A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuando os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Suelio Moreira Torres  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575386 - 27/09/2016  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO:  
Autenticação: 4BF9ADC8688382M7C818477D799CBA11812475AE20B2968235403C7645C865  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Suelio Moreira Torres  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300234796  
Protocolo: 002016375185 - 27/06/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC8883B2947C61B477D78BC8A11812475AE3208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016





4896508

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** – Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizada em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

Suelio Moreira Torres  
Secretary General

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/06/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 46F9A0C6889382947C616477D79BCBA11612475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 05082959603 - 11/10/2016



convocada.



4986510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participam das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Fernando F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284795  
Protocolo: 0020163675185 - 27/08/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9AC85883B2947C618477D75BCBA11812475AE82082955235403C7846C685  
Arquivamento: 00002955803 - 11/10/2016







4593611

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados e serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

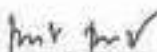
t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros;

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Fernando P.S. Borzinger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016. E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 4BF940C8883B2947D61B477D79BCBA11512475AE920B2968235463C7545C695  
Arquivamento: 00002859803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam o outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** – O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** – Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

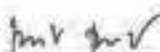
**ARTIGO 19** – A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016.

Página 6 de 10

  
Suelio Moreira Torres  
Secretaria Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nº: 33300254790  
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2018  
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4B79A0C8083B2847C81B477D79BC8A11812475AE92082968235403C7645C555  
Arquivamento: 00022059803 - 11/10/2016





4898513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

Suelio Moreira Torres  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nº: 33300284786  
Protocolo: 0020163575185 - 27/08/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9ADC86683B2947C61B477D79BCBA11212475AE92082958235403C7645C695  
Arquivamento: 00002268803 - 11/10/2016







4998014

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

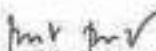
**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## **CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Comércios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Fernando F. S. Benveniste  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO  
Autenticação: 49FBA0C8628387847C81B477D786CBA11812475AE9208256B235403C7845C885  
Arquivamento: 00002509803 - 11/10/2016





4998515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 9 de 10

Suelio Moreira Torres  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NRE: 33300284796  
Protocolo: 0020183575185 - 27/09/2016  
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947D81B477D76BCBA11812475AE9208298B225409C7845C695  
Arquivamento: 00002582003 - 11/10/2018



de março de 1967.



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Suelio F.S. Gernage  
Secretário Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 33300284798  
Protocolo: 0020163878185 - 27/08/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 40F9A0C56683B284TC51B477D798CBA11812475AE92082988235403C7545C855  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016



## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembleia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

17º Ofício de Notas Inscrição nº 008674	Tabelião Carlos Alberto Elias Oliveira Inscrição nº 008674	ADB28860
Procuração por AUTENTICAÇÃO das firmas dos <b>HÉLIO BITTON RODRIGUES</b> e <b>JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES</b> (00000524933)		
Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.		
Em testemunho	Conf. por: <b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b> Escritório 10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49-50-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-61-62-63-64-65-66-67-68-69-70-71-72-73-74-75-76-77-78-79-80-81-82-83-84-85-86-87-88-89-90-91-92-93-94-95-96-97-98-99-100	<b>CARLOS 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b> <b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b> Escritório 10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49-50-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-61-62-63-64-65-66-67-68-69-70-71-72-73-74-75-76-77-78-79-80-81-82-83-84-85-86-87-88-89-90-91-92-93-94-95-96-97-98-99-100



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo Dr. **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos Drs. **CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente da ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preservada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e evita o presente o futuro.



com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09.248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807







DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO  
PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP<sup>1</sup> nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF**<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu, NILO TRIGUEIRO DANTAS, inscrito (a) no CPF/CNPJ 047.851.774 / 65, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário FRANCISCO FLORENTINO DE SOUZA, inscrito (a) no CPF sob o Nº 013.154.944 / 85, do sinistro de DPVAT cobertura TAMBUORÉ da Vítima FRANCISCO FLORENTINO DE SOUZA, inscrito (a) no CPF sob o Nº 013.154.944 / 85, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: \_\_\_\_\_ Renda: \_\_\_\_\_ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço: <u>Rua Roldão Zacarias de Macedo</u>		Número: <u>145</u>	Complemento: <u>casa</u>
Cidade: <u>Picuí</u>	Estado: <u>PB</u>	CEP: <u>58187-000</u>	
E-mail: <u>nilotdantas@hotmail.com</u>		Telefone comercial (DDD): <u>(83)33712274</u>	Telefone celular (DDD): <u>(83) 998125480</u>

Picuí/PB 17 de Setembro de 2018  
Local e Data


Nilo Trigueiro Dantas  
Assinatura do Declarante

DL DRL 001 V001/2017







**SUS**  **ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE**  
**FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL**

CÓDIGO DA UNIDADE: 2757710 CDOC/CPF: 05.778.268.000100  
 NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI  
 END.: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SANTO  
 MUNICÍPIO: PICUI ESTADO: PARAÍBA UF: 25

Nome: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA  
 Raça/Cor: BRANCA

Dr. Nasc: 06/04/1981 Idade: 37 ano(s) mês(es) de idade dia(s) de idade Sexo: M  
 Mãe: ANA COENISIA DE SOUSA

Profissão: AGRICULTOR(A) Documento: 2633801  
 Endereço: RUA MARCELINO BALBINO DOS SANTOS Nº: 27  
 Bairro: SÃO JOSÉ  
 Município/CEP/IBGE: PICUI - PB - 58187000 - 351140  
 Telefone para contato: (83) 0000-0000 / CNS: 706905121535339

Data e Hora: 30/04/2018 15:35:07 SSVV

PESO: PA: TEMP: ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

*Introdução*  
*do paciente*  
*em acidente automobilístico*

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)  
*Exatidão*  
*APET*

RESULTADOS

RECEPCIONISTA: HRP

MATERIAIS - MF  
 1. *Diferença*  
 2.  
 3.  
 4.

CARÁTER  
☐ 01 - ELETIVO  
☐ 02 - URGÊNCIA  
☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO  
☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO  
☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTOS

PROCEDIMENTO  
 Hospital Regional de Picuí  
 Atestado conforme original  
 Picuí, 06/10/2018  
 Arquivo Médico  
 Ass. do Médico  
 Ass. do Técnico

MEDICAÇÃO:  
☐ 1. PRESCRITA ☐ OBSERVAÇÃO  
☐ 2. APLICADA ☐ OUTRO NOME

SERVIÇOS REALIZADOS  
 1. ☐ ☐ ☐ ☐  
 2. ☐ ☐ ☐ ☐  
 3. ☐ ☐ ☐ ☐

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES)  
 ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE  
 ASS. DO REVISOR TÉCNICO CARIMBO



## DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda via do boleto.

Bolero para simplificar pagamento da taxa fiscalizadora de energia elétrica - Nº 010.616.966



ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
R. 238, Km 23 - Cristo Redentor - João Pinheiro / PR - CEP 05871-090  
CNPJ 06.965.103/0001-08 - Ins. Est. 14.915.820-6

DADOS DO CLIENTE			CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR	
ANA ODENIZIA DE SOUSA RUA ANTONIO TALISTINO 38 PRÉD. MARYVIVO			5/242445-5	
REFERÊNCIA	APRESENTAÇÃO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
AGO/2018	09/08/2018	35	16/08/2018	R\$ 23,01

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)



DETALHE ADA

ANA ODENIZIA DE SOUSA

Roteiro: 03-081-635-0670

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 09/08/2018

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	RETRIBUIÇÃO
16/08/2018	R\$ 23,01	20/08/2018 - 10/09



**OCORRÊNCIA POLICIAL VERSANDO SOBRE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 023/2018**

Aos 05 de julho de 2018, nesta cidade de Nova Floresta, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, quando encontrava-se presente o Bel. **ELIAS J. RODRIGUES SILVA**, Delegado de Polícia Civil, comigo **LEANDRO R DE A AZEVEDO**, ao final assinado, aí, por volta das 16:21 horas, compareceu **FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA**, conhecido(a) por **CHICO DE BIU**, nacionalidade **BRASILEIRA**, estado civil **SOLTEIRO**, profissão **MECÂNICO**, grau de instrução **ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO**, com 37 anos de idade, nascido(a) aos 06/04/1981 em **PICUI – PB**, filho(a) de **ANA ODENISA DE SOUSA** e **PAI NÃO DECLARADO NOS DOCUMENTOS**, portador(a) de Cédula de Identidade Nº **2633801**, expedido pela **SSP/PB** e C.P.F. de Nº **013.154.944-85**, residindo no seguinte endereço **FRANCISCA CUNHA DANTAS 24**, bairro **CENECISTA**, cidade de **PICUI – PB**, telefone: ( ) , celular: **(83) 999350505**, **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTARÁ SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO:**

QUE, no dia 30/04/2018, por volta das 10:00 horas, o noticiante trafegava no seu automóvel FIAT/PALIO FIRE, ANO/MODELO 2016, PLACA OEZ 4532/PB, COR PRATA, CHASSI 98017122ZG7577799, CÓDIGO RENAVAM 0107917923-0, LICENCIADA EM NOME DE HILARIO DA SILVA DANTAS, no Sítio Boi Morto, nesta cidade de Nova Floresta/PB, quando foi surpreendido por uma batida de outro automóvel no que o noticiante dirigia; QUE, devido a colisão entre os dois automóveis o noticiante perdeu o controle do carro e bateu forte com a cabeça; QUE, o motorista do outro veículo, que o noticiante não sabe informar quem seja, não prestou socorro ao noticiante; QUE, o noticiante foi socorrido por populares que passavam no local e foi levado para o Hospital Regional de Picuí, onde foi submetido aos primeiros socorros e a um procedimento cirúrgico no braço direito, que fora fraturado devido ao acidente; QUE, passou dois dias internado no Regional de Picuí/PB e passou 2 meses em poder exercer suas funções profissionais em decorrência do acidente que sofrera, **Nada mais havendo a tratar, depois de lido e achado conforme, vai por mim e pelo(a) noticiante assinada.**

**TESTEMUNHAS:**

- 1 – Nome: OLIVEIROS REIS REMIGIO, R.G. n.º 857.327 2ª VIA, C.P.F. n.º 601.892.664-49, Endereço: RUA MARCELINO BALBINO DOS SANTOS 24 BAIRRO SÃO JOSÉ - PICUI/PB.
- 2 – Nome: MARIA DAS VITÓRIAS CABRAL, R.G. n.º 2314174, C.P.F. n.º 028.945.454-95, Endereço: RUA FRANCISCA CUNHA DANTAS 24 BAIRRO CENECISTA - PICUI/PB.

Nova Floresta/PB, 15 de agosto de 2018.

*Francisco Florentino de Sousa*  
**FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA**  
Noticiante

*Leandro R de Azevedo*  
**LEANDRO R DE A AZEVEDO**  
Escrivão de Polícia

13 SET. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA



**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

**Casos com vítima interdita com curador** – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Data do Acidente: 20/04/2018

Nome completo do Representante Legal	CPF do Representante legal
Email	Telefone (DDD)

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa pericia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

FIGUEIRA, 12 de SETEMBRO de 2018

Local e Data

Pro marco Fiorentino de Souza

**Campo 1 - Assinatura do Beneficiário**

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DOI: 10.1002/2017



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 06/07/2020 14:00:46  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070614004594900000030749424>  
 Número do documento: 20070614004594900000030749424

Rio de Janeiro, 30 de Novembro de 2018

Aos Cuidados de: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

Nº Sinistro: 3180434361

Vítima: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

Data do Acidente: 30/04/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador NILO TRIGUEIRO DANTAS

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - SEM SEQUELAS

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de indenização (sinistro número **3180434361**), esclarecemos que não foram identificadas sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em **30/04/2018**. Por esse motivo, o seu pedido de indenização foi **negado**.

Qualquer dúvida, é só ir até o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br), ou ligue através do telefone **0800 022 12 04** (ligação gratuita) ou **0800 022 12 06** que atende apenas aos deficientes auditivos e de fala. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00645/00646 - carta\_04 - INVALIDEZ

00040323

Carta nº 13653935





**AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE SINISTRO - CRÉDITO EM CONTA E REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL:  CPF da Vítima:  Nome completo da vítima:

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo	<input type="text"/>	CPF titular da conta	<input type="text"/>	Profissão	<input type="text"/>
Endereço	<input type="text"/>	Número	<input type="text"/>	Complemento	<input type="text"/>
Bairro	<input type="text"/>	Cidade	<input type="text"/>	Estado	<input type="text"/>
Email	<input type="text"/>	CEP	<input type="text"/>	Telefone (DDD)	<input type="text"/>

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

☒ RECURSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ ATÉ R\$ 1.000,00 ☐ R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00  
☐ R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00 ☐ R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$ 10.000,00

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)  
☐ BRADESCO (237) ☐ BANCO DO BRASIL (001) ☐ ITAÚ (341)  
☒ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)

AGÊNCIA NO:  DIV:  CONTA NO:  DIV:   
(Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

☐ CONTA CORRENTE (todos os bancos)  
BANCO Nome:  NR:   
AGÊNCIA NO:  CONTA NO:  DIV:   
(Informar dígito se existir) (Informar dígito se existir)

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

Picuí-PB 06 de julho de 2018  
Local e Data

Francisco Florêncio de Souza

Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V005/2017



Rio de Janeiro, 17 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

Sinistro: 3180434361

Vítima: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

Data do Acidente: 30/04/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: NILO TRIGUEIRO DANTAS

Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o número **3180434361** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00227/00228 - carta\_02 - INVALIDEZ



00060114

Carta nº 13484113





Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 2018

Aos Cuidados de: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

Nº Sinistro: 3180434361

Vitima: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

Data do Acidente: 30/04/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: NILO TRIGUEIRO DANTAS

Assunto: AVISO DE SINISTRO

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180434361**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 13389771

Pag. 00755/00756 - carta\_01 - INVALIDEZ

00020378





Rio de Janeiro, 03 de Outubro de 2018

Aos Cuidados de: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

Sinistro: 3180434361  
Vítima: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA  
Data do Acidente: 30/04/2018  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: NILO TRIGUEIRO DANTAS

Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o número **3180434361** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

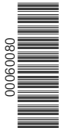
Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00159/00160 - carta\_02 - INVALIDEZ



Carta nº 13433262



## PROCURAÇÃO

Outorgante: Francisco Florentino de Sousa,  
brasileiro(a), solteiro, Mecânico,  
portador(a) do RG nº. 2.633.801 expedido por SSP/PB em  
1/1 e do CPF nº. 013.154.944-85, residente na (o)  
Rua Francisco Cunha Dantas,  
município de Picuí - PB, CEP 58187-000.

Outorgado: **NILO TRIGUEIRO DANTAS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito a OAB/PB sob nº. 13220 e na OAB/RN sob nº. 834-A, portador do RG nº 2.669.825 SSP/PB 2ª via e CPF nº 047.951.774-65, residente e domiciliada na Rua Roldão Zacarias de Macedo, 145, JK, Picuí – PB, e-mail: [nilotdantas@hotmail.com](mailto:nilotdantas@hotmail.com) tel.: (83) 3371-2274/ 99912-5490/ 99104-9190/ 98852-4690.

**Poderes:** Pelo presente instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador e outorgado, acima qualificado, a quem confio poderes para representar-me perante as SEGURADORAS que constitui o CONSÓRCIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.

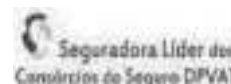
Picuí - PB, 06 de agosto de 2018



Francisco Florentino de Sousa  
outorgante



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS



### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0341989/18

Número do Sinistro: 3180434361

Vítima: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

CPF: 013.154.944-85

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 30/04/2018

CPF de: Próprio

Titular do CPF: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Outros

**FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA : 013.154.944-85**

Comprovante de residência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 19/11/2018  
Nome: NILO TRIGUEIRO DANTAS  
CPF: 047.951.774-65

NILO TRIGUEIRO DANTAS

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 19/11/2018  
Nome: NATALIA SOARES ALVES DA SILVA  
CPF: 105.999.304-03

NATALIA SOARES ALVES DA SILVA



## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180434361 **Cidade:** Nova Floresta **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA **Data do acidente:** 30/04/2018 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

### PARECER

**Diagnóstico:** FRATURA DE RÁDIO DIREITO,

**Descrição do exame médico pericial:** SEM CICATRIZ, SEM DEFORMIDADES, SEM LIMITAÇÃO FUNCIONAL, SEM REDUÇÃO DE AMPLITUDE DE MOVIMENTO.

**Resultados terapêuticos:** PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE CARRO NO DIA 30/04/2018, COLISÃO CARRO-CARRO; ONDE FOI SOCORRIDO POR POPULARES AO HOSPITAL DE MUNICIPAL DE PICUÍ ONDE FOI REALIZADO EXAMES DE IMAGENS CONSTATANDO A FRATURA DO OSSO DO RÁDIO DIREITO. FOI FEITO TRATAMENTO CONSERVADOR COM IMOBILIZAÇÃO COM FIO E GESSO, MEDICAMENTOSO, FISIOTERAPIA. ALTA NO DIA 31/04/2018.

#### Sequelas permanentes:

**Sequelas:** Sem sequela

**Data da perícia:** 29/11/2018

#### Conduta mantida:

**Observações:** Procedida avaliação médica na cidade de Campina Grande.

**Médico examinador:** Luciano Tulio Serafim Teixeira

**CRM do médico:** 7872

**UF do CRM do médico:** PB

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

### PRESTADOR

MOZES E SZTRAJMAN MÉDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA

**Médico revisor:** SILVIO SZTRAJTMAN

**CRM do médico:** 40115

**UF do CRM do médico:** SP

**Assinatura do médico:**



## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180434361 **Cidade:** Nova Floresta **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA **Data do acidente:** 30/04/2018 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

### PARECER

**Diagnóstico:** FRATURA DE RÁDIO DIREITO,

**Descrição do exame médico pericial:** SEM CICATRIZ, SEM DEFORMIDADES, SEM LIMITAÇÃO FUNCIONAL, SEM REDUÇÃO DE AMPLITUDE DE MOVIMENTO.

**Resultados terapêuticos:** PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE CARRO NO DIA 30/04/2018, COLISÃO CARRO-CARRO; ONDE FOI SOCORRIDO POR POPULARES AO HOSPITAL DE MUNICIPAL DE PICUÍ ONDE FOI REALIZADO EXAMES DE IMAGENS CONSTATANDO A FRATURA DO OSSO DO RÁDIO DIREITO. FOI FEITO TRATAMENTO CONSERVADOR COM IMOBILIZAÇÃO COM FIO E GESSO, MEDICAMENTOSO, FISIOTERAPIA. ALTA NO DIA 31/04/2018.

#### Sequelas permanentes:

**Sequelas:** Sem sequela

**Data da perícia:** 29/11/2018

#### Conduta mantida:

**Observações:** Procedida avaliação médica na cidade de Campina Grande.

**Médico examinador:** Luciano Tulio Serafim Teixeira

**CRM do médico:** 7872

**UF do CRM do médico:** PB

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00

### PRESTADOR

MOZES E SZTRAJMAN MÉDICOS ASSOCIADOS S/C LTDA

**Médico revisor:** SILVIO SZTRAJTMAN

**CRM do médico:** 40115

**UF do CRM do médico:** SP

**Assinatura do médico:**



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180434361 **Cidade:** Nova Floresta **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA **Data do acidente:** 30/04/2018 **Seguradora:** MBM SEGURADORA S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 26/09/2018

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DO RADIO DIREITO

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO - OSTEOSÍNTESE COM FIOS DE KIRSCHNER E ALTA.

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Sem sequela

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:**

**Documentos complementares:**

**Observações:** EM TODOS OS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00



**Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e  
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT**

**Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo.**

Número do Sinistro: **3180434361**

Nome do(a) Examinado(a): **FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA**

Endereço do(a) Examinado(a):

**R ANTONIO FAUSTINO, 38 - CENTRO - Frei Martinho - PB - CEP 58195-000**

Identificação - Órgão Emissor / UF / Número: [ **SSP /PB** ] **2633801**

Data e local do acidente: [ **30/04/2018** ] **PICUI**

Data e local do exame: [ **29/11/2018** ] **Campina Grande** [ **PB** ]

**Resultado da Avaliação Médica**

**I.** Descreva o(s) diagnóstico(s) das lesões efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado.

**FRATURA DE RÁDIO DIREITO**

**II.** Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado.

**SEM CICATRIZ, SEM DEFORMIDADES**

**III.** Nexa de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente trânsito e comprovadas na documentação apresentada?

[ **X** ] Sim [ ] Não

**IV.** Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.

**PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE CARRO NO DIA 30/04/2018, COLISÃO CARRO-CARRO; ONDE FOI SOCORRIDO POR POPULARES AO HOSPITAL DE MUNICIPAL DE PICUI ONDE FOI REALIZADO EXAMES DE IMAGENS CONSTATANDO A FRATURA DO OSSO DO RÁDIO DIREITO. FOI FEITO TRATAMENTO CONSERVADOR COM IMOBILIZAÇÃO COM FIO E GESSO, MEDICAMENTOSO, FISIOTERAPIA. ALTA NO DIA 31/04/2018. SEM LIMITAÇÃO FUNCIONAL, SEM REDUÇÃO DE AMPLITUDE DE MOVIMENTO.**

**V.** Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível a qualquer medida terapêutica)?

[ ] Sim [ **X** ] Não

**VI.** Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:

**Caso a resposta do item V seja “Não”, concluir utilizando apenas as opções no item VII “a”. Caso a resposta seja “Sim”, valorar o dano permanente no item VII “b”.**

**VII.** Segundo previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.



a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações (\*).

( ) "Vítima em tratamento"  
Esta avaliação médica deve ser  
repetida em \_\_\_\_ dias

( X ) "Sem sequela permanente" (Não  
existem lesões diretamente decorrentes de  
acidente de trânsito que não sejam  
suscetíveis de amenização proporcionada  
por qualquer medida terapêutica)

b) Havendo dano corporal segmentar, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

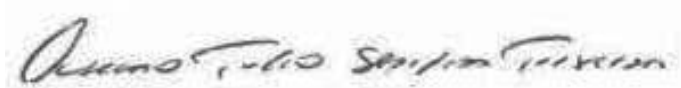
Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

Região Corporal (Sequela):

% do dano: ( ) 10% residual ( ) 25% leve  
( ) 50% médio ( ) 75% intensa ( ) 100%  
completo

VIII. \* Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou a valoração do dano corporal.




Luciano Tulio Serafim Teixeira - CRM: 7872 - PB





## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos  
Comércios do Seguro DPVAT

### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0341989/18

Número do Sinistro: 3180434361

Vítima: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

CPF: 013.154.944-85

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 30/04/2018

Titular do CPF: FRANCISCO FLORENTINO  
DE SOUSA

CPF de: Próprio

### DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Outros:

FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA : 013.154.944-85

Comprovante de residência

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de cancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 19/11/2018  
Nome: NILO TRIGUEIRO DANTAS  
CPF: 047.951.774-65

NILO TRIGUEIRO DANTAS

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 19/11/2018  
Nome: NATALIA SOARES ALVES DA SILVA  
CPF: 105.999.304-03

NATALIA SOARES ALVES DA SILVA




PROTOCOLO  
13 SET. 2019  
SUELIO MOREIRA TORRES

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTERIO DAS CIDADES			
DETRAN - PB		Nº 013930607661	
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO			
VIA	COD. RENAVAM	2018260000930-2	
1	2107917923-6	00/00000000	2018
NOME			
MILARIO DA SILVA SANTAS			
CPF		PLACA	
07457362400		0E24532/PB	
TIPO DE VEICULO		CHASSI	
NOVO		PB 4BD171222G7577799	
COMBUSTIVEL		COMBUSTIVEL	
PAS/AUTOMOVIL		ALCO/GASOL	
MARCA/MODELO		ANO FAB. ANO USU.	
FIAT/PALIO FIRE		2016 2016	
CAPAC. POT. / CV		CATEGORIA	
5 P/75 /CV		PARTIC	
COR PREDOMINANTE		COR PREDOMINANTE	
PRATA		PRATA	
COTA UNICA		VENO COTAS	
00/00/0000		1º	
PAGA TUA		PARCELAMENTO COTAS	
A *****		2º	
B		3º	
PREMIO TAFIADO (R\$)		PREMIO TOTAL (R\$)	
*****		*****	
SEGURO		PAGO	
04/06/2018		04/06/2018	
A.E. BANCO ITAUCARD S/A OBRIGATORIO			
NAC VALIDO PARA TRANSFERENCIA			
LOCAL		DATA	
PICOT-PB		04/06/2018	
32875		671	



12



**SUS**

ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

MATERIAIS - MEDIC

CÓDIGO DA UNIDADE: 2757710 CQC/CPF: 08.778.268.0001/60

NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

END.: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SANTO

MUNICÍPIO: PICUI ESTADO: PARAÍBA UF: 28

Nome: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

Raça/Cor: BRANCA

DI. Nasc: 06/04/1981 Idade: 37 ano(s) mês(es) de idade dia(s) de idade Sexo: M

Mãe: ANA ODENISIA DE SOUSA

Profissão: AGRICULTOR(A) Documento: 2633801 Nº: 27

Endereço: RUA MARCELINO BALBINO DOS SANTOS

Bairro: SÃO JOSÉ

Município/CEP/IBGE: PICUI - PB - 58187000 - 251140

Telefone para contato: (83) 0000-0000 /

CNS: 766905121535339

Data e Hora: 04/05/2018 07:45:09

SSVV

PESO: PA: TEMP.:

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)

RESULTADOS

CARÁTER D

☐ 01 - ELETIVO

☐ 02 - URGÊNCIA

☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A

☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAM

PROCEDIME

DIAGN

MEDICAÇÃO:

☐ 1. PRESCRITA ☐ OBSERVAÇÃO

☐ 2. APLICADA ☐ OUTRO HOSPI

SERVIÇOS REALIZADOS:

1. 2. 3.

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES)

CNS

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE

ASS. DO REVISOR TÉCNICO

PROTOCOLO

13 SET. 2018

RECIBO

Hospital Regional de Picui

Atesto conforme o original


Picui, 06/06/2018

Arquivo Médico

RECEPCIONISTA: HRP



Ureia

 Sistema Único de Saúde		Ministério da Saúde		<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE</b>					
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE <b>HOSPITAL REGIONAL DE PICUI</b>				2 - CNES <b>2757710</b>	
<b>IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE</b>					
3 - NOME DO PACIENTE <b>Francisco Florentino de Sousa</b>				4 - Nº DO PROMITÓRIO <b>92576</b>	
5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) <b>706905121535339</b>		6 - DATA DE NASCIMENTO <b>06.04.81</b>		7 - SEXO Masculino <input checked="" type="checkbox"/> 1 Feminino <input type="checkbox"/> 3	
8 - RAÇA/COR				9 - NOME DA MÃE <b>mar Odemisia de Sousa</b>	
10 - TELEFONE DE CONTATO				11 - NOME DO RESPONSÁVEL <b>Mauro dos Santos Cabral</b>	
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) <b>Marcelino Barbosa</b>				13 - TELEFONE DE CONTATO	
14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA <b>Picuí</b>		15 - CÓD. DO MUNICÍPIO <b>18140</b>		16 - UF <b>PB</b>	
17 - CEP <b>5818700</b>					
<b>JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</b>					
18 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <b>Amel. com febre do 1º dia de vida + do 2º + 50 pontos</b>					
19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <b>Doi + febre 1º dia</b>					
20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVA DIAGNÓSTICA (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <b>Exame clínico + Rx</b>					
21 - DIAGNÓSTICO PRINCIPAL <b>Pneum. A. do</b>		22 - CID 10 PRINCIPAL		23 - CID 10 SECUNDÁRIO	
24 - CID 10 TERCIÁRIO		25 - CID 10 QUATRO		26 - CID 10 CINCO	
<b>PROCEDIMENTO SOLICITADO</b>					
27 - CLÍNICA <b>Inf. Centro Hospitalar A. do</b>				28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO	
29 - CLÍNICA		30 - CARACTER DE INFORMAÇÃO		31 - DOCUMENTO	
32 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE		33 - DATA DA SOLICITAÇÃO <b>04.10.2018</b>		34 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	
<b>PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)</b>					
35 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO		36 - CNPJ DA SEGURADORA		37 - Nº DO SINISTRO	
38 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO		39 - CNPJ DA EMPRESA		40 - Nº DO SINISTRO	
41 - ( ) ACIDENTE TRABALHO ATÍPICO		42 - CNPJ DA EMPRESA		43 - Nº DO SINISTRO	
44 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA ( ) EMPREGADO ( ) EMPREGADOR ( ) AUTÔNOMO ( ) DESEMPREGADO ( ) APOSENTADO ( ) NÃO SEGURO					
<b>AUTORIZAÇÃO</b>					
45 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		46 - Cód. ORSÃO EMISSOR		47 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	
48 - DOCUMENTO ( ) CNES ( ) CPF		49 - Nº DOCUMENTO (CNES/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		50 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)	
51 - DATA DA AUTORIZAÇÃO <b>13.10.2018</b>		52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR		53 - Nº DO REGISTRO DO CONSELHO	

Hospital Regional de Picuí  
Atesto conforme o original  
Picuí, 06/10/2018  
Arquivo Médico  
Assinatura de [Assinatura]  
Assessor Administrativo

13 SET. 2018  
PROTÓCOLO  
Nº. 1060 PESSOA





GOVERNO  
DA PARAÍBA

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI  
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo  
CEP: 58187-000 - Tel.: (83) 3371-2554/2990  
Picuí - PB - CNPJ: 08.778.268/0001-60

Nº AIH \_\_\_\_\_  
Nº de Ordem \_\_\_\_\_  
Nº de Reg. 92576  
Nº do Docum. 2633801

### ARQUIVO MÉDICO

Nome: Francisco Florêncio de Sousa  
Responsável: N.ª dos Ventos Cabral

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: \_\_\_\_\_

Prof: \_\_\_\_\_

Data Nasc: 06/04/81

Idade: 37

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: S. José

Cidade: Picuí

Est. Civil: Sol

### PREENCHIMENTO MÉDICO

Diagnóstico definitivo: Fract. Rido

Tratamento efetuado no hospital: cirúrgico

Exames realizados: \_\_\_\_\_

Internado em 04/08/18 Alta em 11/08/18 Óbito em 11/08/18

Arquivista

Médico Assistente

13 SET. 2018

PROTOCOLADO  
AGUACHO PESSOAL





NOME: <u>Flaviano Clemente de Sousa</u>		IDADE: <u>37º</u>		PRONTUÁRIO Nº: <u>93536</u>					
HÍPÓTESES DIAGNÓSTICAS:		ENFERMARIA: <u>303</u>		DATA DA INTERNAÇÃO: <u>04/05/18</u>					
Prescrição de médico		LEITO: <u>03</u>		DATA ATUAL: <u>04/05/18</u>					
PRESCRIÇÃO MÉDICA		HORÁRIOS		EVOLUÇÃO DIÁRIA					
Nº		1	2	3	4	5	6	7	8
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									
14									
15									

*Handwritten notes in the grid:*

- Row 4: penicilina 1000
- Row 5: Cefotaxima 1g + 1000
- Row 6: Dipirona 1000
- Row 7: Paracetamol 4000
- Row 8: 2 - unid
- Row 9: 3 - unid
- Row 10: 4 - unid
- Row 11: 5 - unid
- Row 12: 6 - unid
- Row 13: 7 - unid
- Row 14: 8 - unid
- Row 15: 9 - unid

*Handwritten notes on the right side:*

- Row 4: penicilina 1000
- Row 5: Cefotaxima 1g + 1000
- Row 6: Dipirona 1000
- Row 7: Paracetamol 4000
- Row 8: 2 - unid
- Row 9: 3 - unid
- Row 10: 4 - unid
- Row 11: 5 - unid
- Row 12: 6 - unid
- Row 13: 7 - unid
- Row 14: 8 - unid
- Row 15: 9 - unid

13 SET. 2013  
PROTÓCOLO  
10.10.10 PESQUISA



### FICHA DE ANESTESIA

NOME: <b>Francisco Flautina de Souza</b>		IDADE: <b>37a</b>	SEXO: <b>M</b>	GR. SANGÜÍNEO: <b>-</b>
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO		CATEGORIA: <b>SUS</b>		DATA: <b>04/05/18</b>
OPERAÇÃO REALIZADA: <b>Fratura de rádio (D)</b>				
Trat. cir. de fratura de rádio e fixação				
CIRURGIÃO: <b>Dr. Raulon</b>		AUXILIAR: <b>-</b>	ANESTESISTA: <b>Dr. Vieira</b>	

AGENTES VOLUNTÁRIOS	
CÓDIGO	
200	
180	
160	
140	
120	
100	
80	
60	
40	
20	

Pre-Anestésico					
Quanto	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Raquiano	<input type="checkbox"/> Peridural	<input type="checkbox"/> Bloqueio de Plexo	<input type="checkbox"/> Outros
Técnica			Venoclise		
Dose	Término		Duração minutos		
AGENTES DOSES		LIQUIDO	ML		
FENTANYL 100		5	100		
PROPOFOL 100					
ONDANSETRONA					
KAMFLONA 50					
DEXAMETASONA 8g					
ROSEOPAM COMP. 100					
CEFRALINA 1					

3 SET. 2013

PROTOCOLADO

AD. NO. 10. PESSOA





GOVERNO  
DA PARÁIBA

Hospital Regional de Fiscais "Edipe Tago Gomes"

### DESCRIÇÃO DE CIRURGIA

Nome do Paciente: <u>Francisco Acunino de Sousa</u>		
Data da operação: <u>04/05/18</u>	Enf.: <u>208</u>	Leito: <u>02</u>
Operador: <u>Dr. Faílton</u>		1º Auxiliar: <u>—</u>
2º Auxiliar: <u>—</u>	3º Auxiliar: <u>—</u>	Instrumentador: <u>—</u>
Anestesista: <u>Dr. Vitor</u>	Tipo de Anestesia: <u>geral</u>	
Diagnóstico Pré-operatório: <u>Pufuro Adeno</u>		
Tipo de operação: <u>Res - ampico h fufuro Adeno (8x)</u>		
Diagnóstico Pós-operatório: <u>—</u>		
Relatório Imediato do Patologista: <u>—</u>		
Exame Radiológico no Ato: <u>—</u>		
Acidente durante a operação: <u>—</u>		
<b>DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO</b>		
Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras		
<u>Pancreas</u>		
<u>ampico</u>		
<u>Res - ampico</u>		
<u>Suturas</u>		
<u>Tríplice</u>		
<u>gan</u>		
<u>Qu</u>		
13 SET. 2018		
PROTOCOLADO		
AD. JOÃO PESSOA		







## FICHA DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

Nome Francisco Flaminio de Souza Idade 87 Sexo ☐ M ☒ F

Admissão 04/05/18 Clínica Cirúrgico Ala ortopedias Enf. 208 Leito 02

Diagnóstico fratura de rádio (D)

Infecção ☐ Sim ☒ Não ☐ Hospitalar ☐ Comunitária

Topografia Infecção ☐ Gastro Intestinal ☐ Genital ☐ S.N.C. ☐ Ferida Cirúrgica  
☐ Urinária ☐ Septicemia ☐ Respiratória ☐ Pele / TSC ☐ Outros

Procedimento Realizado ☐ Biópsia ☐ Cateter Venoso ☐ Cateter Vesical ☒ Corticoides  
☐ Drogas Antineoplásicas ☐ Diálise ☐ Endoscopia ☐ Flebotomia  
☐ Hemoterapia ☐ Nebulizador ☐ N P ☐ Punção Venosa  
☐ Punção Lombar ☐ Punção Abdominal ☐ Punção Torácica  
☐ Traqueostomia ☐ Tubo Endotraqueal ☐ Outros

Considerações Cirúrgicas

Cirurgia Realizada Tret. cir. fratura de rádio cirúrgica Anestesia geral

Data 04/05/18 Tempo 30 min

☒ Limpa ☐ Infectada ☐ Eletivo ☐ G P  
☐ Potenc. Contaminada ☒ Urgência ☐ P P  
☐ Contaminada ☐ Emergência ☒ M P

### EQUIPE

Cirurgião Dr. Raiton Auxiliar

Instrumentador — Anestesista Dr. Vieira

RAIO X NA SALA ☐ Sim ☒ Não

USO DE ANTIBIÓTICO ☒ Profilático ☒ Terapêutico

NOME	<u>cefalotina</u>	NOME	
DOSE / DIA	<u>0,5 F/amp</u>	DOSE / DIA	
DURAÇÃO	<u>Trans-operatório</u>	DURAÇÃO	

BACTERIOLOGIA			
GRAM <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	CULTURA <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
MATERIAL	DATA	RESULTADO	ATB

Obs: PROTÓCOLO

CONDIÇÕES DE ALTA ☐ Curado ☐ Transferido ☐ Óbito ☐ Melhorando ☐ À Pedido

☐ Inalterado pausa:

Médico Assistente

C.C.I.H





# MATERIAL E MEDICAMENTO GASTO NA SALA DE OPERAÇÃO 02

Paciente: Francisco Flaminiano de Sousa  
Médico: Dr. Raulton Aux.: - Anest.: Dr. Valério  
Diagnóstico: Inten de redução Tratamento: QUIRÚRGICO  
Anestesia: Genal Início: - Término: - Enfer.: 08 Leito: 02

MEDICAÇÕES ANESTÉSICAS	QTD	MATERIAIS / SOLUÇÕES	QTD	QTD	QTD
ALFENTA AMP		AGULHA DESCARTÁVEL 13x4,5		CAT GUT CROMADO Nº	
BUSCOPAM COMPOSTO		AGULHA DESCARTÁVEL 25x7	01	CAT GUT CROMADO Nº	
BUSCOPAM SIMPLES		AGULHA DESCARTÁVEL 40x12		CAT GUT CROMADO Nº	
DIAZEPAM AMP		AGULHA PERIDURAL Nº		CAT GUT SIMPLES Nº	
DIAMORF AMP mg		AGULHA RAQUÍ Nº		CAT GUT SIMPLES Nº	
GOLANTINA AMP		ALCOOL 70%		CAT GUT SIMPLES Nº	
DORMONID AMP		ALGODÃO ORTOPÉDICO	05	ETHIBOND	
ETOMIDATO AMP		AR COMPRIMIDO		FIO DE ALGODÃO C/A	
FENTANIL AMP		ATADURA DE CRIPOM 15cm	03	FIO DE ALGODÃO S/A	
HALOTHAMO		ATADURA GESSADA 15cm	02	MONONYLON Nº	
HYPOCAINA 2%		BOLSA P.COLOSTOMIA		MONONYLON Nº	
ISOFURINE		BORRACHA LÁTEX	01	MONONYLON Nº	
KETALAR		CATETER P/ O2	01	PROLENE Nº	
LIDOCAINA		CLAMP UMBILICAL		PROLENE Nº	
NARCAN AMP		CLOHEXIDINA	05	PROLENE Nº	
NEOCAINA PESADA 0,5%		COLETOR S/F P/SVD		VICRYL Nº	
NILPERIDOL AMP		COMPRESSA GRANDE	03	VICRYL Nº	
PANCIURON AMP		DEPOSITO ANATOMOPATOLOGICO P.M.G.			
PROPROFOL AMP	05	DRENO			
QUELUCIN		DRENO HEMOVAC/SUÇÃO Nº		SEROSOS	QTD
SEVORONE	05	DRENO PENROSE Nº		CONCENTRADO DE HEMÁCIAS	
THIOPENTAZ FRASCO		ELETRODO	05	S.F. A 0,9% 100ml	
TRACUR AMP		EQUIPO DE SANGUE		S.F. A 0,9% FRASCO 250ml	
XYLESTESIN FRASCO		EQUIPO MACROGOTIAS		S.F. A 0,9% FRASCO 500ml	01
		ESPARADRAPO	05	S.G. A 3% FRASCO 500ml	
MEDICAÇÕES	QTD	ETER SULFURICO		S.R. FRASCO 250ml	
ADRENALINA AMP		FIO DE KIRSCHNER Nº	20	S.R. FRASCO 500ml	01
AGUA DESTILADA AMP		GAZES ESTEREIS	05		
AMICACINA 250 mg		GEL CONDUTOR			
AMRIFILINA		INTRACATH ADULTO		ÓRDESE E PRÓTESE	QTD
ATROPINA		JELCO Nº			
BENZETACIL AMP		KIT METICELULOSE			
BROMOPRIDA		LÂMINA DE BISTURI Nº11			
CEDILANIDE AMP		LÂMINA DE BISTURI Nº15			
CEFALOTINA 1g F/AMP	01	LÂMINA DE BISTURI Nº23			
CEFTRIAXONA 1g		LENTE INTRA OCULAR			
DMETIDINA AMP	01	LUVAS Nº 6,5			
DECADRON AMP	01	LUVAS Nº 7,0	01		
DIPIRONA AMP		LUVAS Nº 7,5			
EFEDRINA AMP	01	LUVAS Nº 8,0			
FENERGAN AMP		LUVAS Nº 8,5			
GARAMIDINA AMP mg		LUVAS P/PROCEDIMENTO			
GLUCOSE AMP		MICROPOR			
HETHEVGIN		OXIGÊNIO L/M	05		
HDRAZOLINA		PVPI DEGERMANTE			
HYDROCORTISONA AMP mg		PVPI TÓPICO			
KANAVION AMP		SCALP Nº			
LASIX AMP		SERINGA DESCARTAVEL 1 ml			
METRONIDAZOL AMP		SERINGA DESCARTAVEL 10 ml			
NAUSEDRON AMP	01	SERINGA DESCARTAVEL 20 ml	01		
OMEPRAZOL		SERINGA DESCARTAVEL 3 ml			
ONTOCINA		SERINGA DESCARTAVEL 5 ml			
PLASIL AMP		SONDA DE FOLLEY Nº			
PROSTIME		SONDA NASOGÁSTRICA Nº			
TENGOKAN mg		SONDA URETRAL Nº			
TRASAMIM AMP		TELA CIRÚRGICA			
VITAMINA K		TUBO ENDOTRAQUEAL Nº			
VOLTAREN AMP					

13 SET. 2013

PROTOCOLO  
CIRCULANTE





## GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI – “Felipe Tiago Gomes”

### DECLARAÇÃO

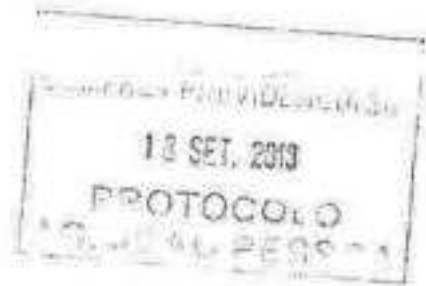
Declaro para os devidos fins que as informações necessárias estão presentes no prontuário. Cabendo a Autoridade Competente confrontar a Veracidade dos Fatos informados com os ocorridos, conforme na Ficha Ambulatorial supracitado.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima e consideração.

Picuí- PB, 18 de junho de 2018 .

  
Assinatura do Suelio M. Torres  
Assessor Adm. - 210264

Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15  
Bairro: Monte Santo  
Picuí - PB  
CEP - 58.187-000  
Fone/Fax - (83) 3371-2990  
CNPJ - 03.515.174/0001-85 LTB-14009-00  
hospitalregionaldepicui@gmail.com





GOVERNO  
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Pícol "Felipe Tiago Gomes"



### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Rui Carlos Florentino portador(a) da identidade RG 552, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 10 horas, submetido(a) a Exame, portador da patologia CID-10 S52, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 60 dias, a partir desta data.

Pícol, 09.05.18

[Assinatura]  
Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o(a) Dr. (a) \_\_\_\_\_ a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITADO  
 FUNDAÇÃO NACIONAL DE HABITADO

NOME: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUZA

SEXO: MASCULINO / RAÇA: BRANCO / PT

CPF: 013.158.964-85 / DATA NASCIMENTO: 06/04/1981

MARCA: ANA OCEANIA DE SOUZA

ENDEREÇO: [REDACTED] / CIDADE: [REDACTED] / UF: RJ

CPF: 0400900718 / DATA: 15/08/2010 / DATA: 20/03/2007

PROVA DE RESIDÊNCIA: [REDACTED]

LOCAL: CARACARA, GRANDE, RJ / DATA: 13/08/2014

Assinatura: [Assinatura] / CPF: 55221115101 / DATA: 08/02/2014

PROVA DE RESIDÊNCIA: [REDACTED]

13 SET. 2013  
 PROTOCOLO  
 Nº. JOÃO PESSOA





### Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Hilário da Silva Dantas,

RG nº 3282.099, data de expedição 25/10/2009,

Órgão SSP/PB, portador do CPF nº 094.593.624-60, com

domicílio na cidade de Picuí, no Estado de

PB, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

Rua Emílio de Sá nº 13,

complemento \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mentionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

vítima Francisco F. de Sousa, cujo o condutor era

o mesmo.

Veículo: Automóvel

Modelo: FIAT PALIO

Ano: 2016

Placa: 06Z 45321PB

Chassi: 9BD37L22ZG7577799

Data do Acidente: 30/09/2018

Local e Data: Picuí - PB, 16 de Agosto de 2018



Hilário da Silva Dantas  
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor [ caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro ]





## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA,

RG nº 2633801, data de expedição   /  /  , Órgão SSP/PB,

CPF nº 015154944-85, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>RUA ANTONIO FAUSTINO</u>
Número	<u>38</u>
Apto / Complemento	<u>CASA</u>
Bairro	<u>CENTRO</u>
Cidade	<u>FAEL MARINHO</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58195-000</u>
Telefone de Contato	<u>(83) 3371-2274</u>
E-mail	<u>NILOTONIAS@HOTMAIL.COM</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: PICUI/PB, 16/11/18

Assinatura do Declarante: Francisco Florentino de Sousa





# DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda via de conta.

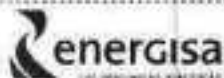
Índice para simples pagamento da conta futura/mês de energia elétrica Nº 019.101.300



ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
R. 120, Km 20 - Cidade Esperança - João Pinheiro - PB - CEP 58071-660  
CNPJ 06.048.182 / 0001-60 - Insc. Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE				CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR	
ANA DOMENIA DE SOUSA RUA ANTONIO PAULISTINO 38 PREIMUITINGO				5/242445-5	
REFERÊNCIA	APRESENTAÇÃO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	
NOV/2018	07/11/2018	44	14/11/2018	R\$ 31,45	

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)



005645-03-0

ANA DOMENIA DE SOUSA

Rotelins: 03-051-035-0820

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 07/11/2018

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	AMTRICULA
14/11/2018	R\$ 31,45	5/24245-2018-13-0





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PICUI/PB

PROCESSO: 08000648220198150271

**AUSÊNCIA DE COBERTURA**

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

**BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **30/04/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **05/07/2018**.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a **NEGATIVA** da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, a ausência de sequelas.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

#### **DO MÉRITO**

##### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>1</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

---

<sup>1</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



## **DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

### **DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE**

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, o **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.



## **DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>2</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>3</sup>.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

## **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>4</sup>.

<sup>2</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>3</sup>Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>5</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Súmula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT. Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

---

<sup>4</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>5</sup>art. 1º. (...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**



Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

PICUI, 29 de junho de 2020.

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**





## TABELA DE GRADACÃO

Dados Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Interna (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda sensorial do olho, função completa de ambos os olhos superiores a 1. milhão	R\$ 11.500,00	R\$ 11.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda sensorial do olho, função completa de ambos os olhos ou de ambos os pés					
Perda sensorial do olho, função completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda sensível da pele em ambas as mãos (perda bilateral) ou, qualquer local bilateral					
Lesões neurológicas que causem como (a) perda completa comportamental afecção; (b) incapacidade de controle da urinação; ou (c) incapacidade de controle da defecação; (d) perda completa do controle esfincteriano; (e) comprometimento da função vital ou sensorial	R\$ 9.450,00	R\$ 9.000,00	R\$ 5.625,00	R\$ 2.812,50	R\$ 945,00
Lesões de órgãos e estruturas artro-faciais, maxilares, labiais, glândulas salivares ou do aparelho auditivo causando com (a) perda funcional e/ou comportamental de ordem cultural ou, respiratória, cardiorrespiratória, e/ou, esquelética, de natureza ou, lesão facial, dente que haja comprometimento da função vital					
Perda anatómica do membro completo de um dos membros superiores ou de um dos membros inferiores					
Perda anatómica do membro completo de um dos pés					
Perda auditiva total bilateral (perda completa) ou da função (membros completos) ou da visão do olho	R\$ 6.750,00	R\$ 6.412,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda completa da mão esquerda ou da mão direita, com ou sem o polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 3.206,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mão esquerda ou da mão direita, com o polegar					
Perda completa da mão esquerda ou da mão direita de um segmento de osso ou articulação do membro	R\$ 1.350,00	R\$ 1.282,50	R\$ 641,25	R\$ 320,62	R\$ 135,00
Perda sensorial do olho, função completa de qualquer um dos olhos da visão					
Perda anatómica do membro completo de qualquer um dos membros do pé					
Perda integral (perda cirúrgica) do bexiga					

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Num. 32083168 - Pág. 8

Número do documento: 20070614004704200000030749825

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na **15477 - OAB/PB** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **PICUI**, nos autos do Processo nº 08000648220198150271.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



## DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO JUNTADOS NA CONTESTAÇÃO



Segue petição em anexo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI - PARAÍBA

PROCESSO Nº 0800064-82.2019.815.0271

FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA, já devidamente qualificado nesses presentes autos, através de seu procurador e Advogado “in fine” assinado, Vem, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, apresentar:

## IMPUGNAÇÃO A CONTESTAÇÃO

Da promovida SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

No que tange a SITUAÇÃO FÁTICA, pode-se facilmente constatar a ocorrência do acidente sofrido pelo requerente, pois, existem nos autos documentos comprobatórios, como o Boletim de Ocorrência Policial, o Laudo Médico, dentre outras provas acostadas aos autos.

Portanto, não resta nenhuma dúvida que o promovente realmente foi vítima de acidente de trânsito, e, por ter sido vítima de tal sinistro, o mesmo se tornou inválido, visto que, conforme denota o Atestado Médico em anexo, o promovente apresenta invalidez permanente em UM MEMBRO SUPERIOR, não podendo mais exercer a sua profissão de forma eficaz e hábil. Tendo ficado inválido permanentemente de forma parcial.

Contudo, a Lei nº. 6.194/74, cuja dispõe sobre a indenização do seguro obrigatório DPVAT, estabelece uma série de requisitos para que a vítima de acidente de trânsito requisite tal seguro, e, como vimos, no bojo desses autos, a autora preencheu todos aqueles. Logo, como sujeito desse, tem a promovente de acordo com o que determina a referida lei, direito ao pagamento de tal seguro, cujo deverá ocorrer dentro de 15 dias, bastando apenas à simples comprovação da ocorrência do acidente.

Já no SUBSTRATO JURÍDICO alega a promovida:

Preliminarmente, DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIENCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO



Diante do alegado pelo requerida nesse presente preliminar, informamos a esse Juízo **que também não temos interesse que seja aprazada audiência de conciliação nos termos do art. 334 do NCPC**, uma vez que é cediço de todos que a promovida só celebra acordos quando há perícia nos autos, de forma que se afigura desnecessária e mesmo desaconselhável, por se tratar de ato ineficiente (CF, art. 37) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (CF, art. 5º, inciso LXXVII), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já anunciada infrutífera a sua realização.

Por conseguinte, como já fora explicitado na inicial, o promovente sofreu o acidente e várias lesões, principalmente, **em um MEMBRO SUPERIOR**, logo, em sua peça exordial juntou todos os documentos necessários e satisfatórios para a fácil constatação da sua lesão e de sua invalidez.

Ademais, como é cediço e notório que nesta cidade de Barra de Santa Rosa não existe Unidade de Medicina Legal, razão pela qual não há como o autor ser submetida a realização de Exame de Corpo de Delito por tal órgão, bem como após averiguação pessoal por parte deste douto juízo e apreciação do laudo médico em anexo de pronto verificará a lesão dele, onde para realmente consagrar a lesão sofrida pela mesma e dirimir qualquer dúvida, **ELE DEVERÁ SER SUBMETIDO A PERÍCIA MÉDICA, nos termos do art. 381 do NCPC.**

Portanto, após a produção da prova pericial, nada impede, que seja agendada tal audiência a título de tentativa de auto composição das partes, até mesmo como fase preliminar da própria audiência de Instrução (NCPC art. 359).

No **MÉRITO**, rezou a promovida em sua peça contestatória:

**DA AUSENCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO –  
ONUS DA PROVA DO AUTOR; DA INEXISTENCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE; DA  
AUSENCIA DE COBERTURA; DA APLICABILIDADE DAS SUMULAS 474 E 544 DO STJ.**

Pelo que se verifica, diante da leitura a contestação proposta pela ré, esta só vem através desta peça apenas tentar enganar a Justiça e protelar o recebimento do direito do promovente, pois, como denotado nos autos estão todos os requisitos legais preenchidos para a obtenção do direito ao recebimento do seguro.

Por conseguinte, como já fora explicitado na inicial, a promovente sofreu o acidente e várias lesões, principalmente, **EM UM MEMBRO SUPERIOR**, logo, em sua peça exordial juntou todos os documentos necessários e satisfatórios para a fácil constatação da sua lesão e de sua invalidez.

Ademais, como é cediço e notório que nesta cidade de Picui não existe Unidade de Medicina Legal, razão pela qual não há como o autor ser submetida a realização de Exame de



Corpo de Delito por tal órgão, bem como após averiguação pessoal por parte deste douto juízo e apreciação do laudo médico em anexo de pronto verificará a lesão dele, onde para realmente consagrar a lesão sofrida pela mesma e dirimir qualquer dúvida, **ELE DEVERÁ SER SUBMETIDO A PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL, onde será quantificada sua lesão e seu grau de invalidez, nos termos das sumulas 474 e 544 do stj.**

No entanto, deverá desde já reconhecer a lesão sofrida pelo autor e a sua invalidez permanente, pois, já se encontram nos autos todos os meios de provas necessários para a constatação da invalidez do promovente.

Nesse sentido concretizando essa situação decidiu o nosso Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba:

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INDENIZAÇÃO. CÁLCULO. **GRAU DE INVALIDEZ APURADA EM LAUDO MÉDICO E CONSIDERANDO O PERCENTUAL DE PERDA** CONSTANTE DA TABELA ANEXA À LEI DE REGÊNCIA (LEI N. 6.194/74). QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO. DESPROVIMENTO. - O valor da indenização do seguro obrigatório DPVAT deve levar em consideração o percentual do grau de incapacidade atestado no laudo médico, o percentual de perda prevista na tabela constante da legislação de regência e a quantia máxima prevista em lei (R\$ 13.500,00). - Recurso desprovido.(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00018602720148150301, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. MARIA DAS NEVES DO EGITO DE ARAUJO DUDA FERREIRA, j. em 09-05-2017)

EMENTA: AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. COBERTURA DO SEGURO DPVAT. ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL. PETIÇÃO INICIAL INSTRUÍDA COM LAUDO MÉDICO PARTICULAR. **PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. DIAGNÓSTICO DIVERSO. CONCLUSÃO DE QUE HÁ APENAS INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA, EM GRAU DE COMPROMETIMENTO DE DEZ POR CENTO DA APTIDÃO TOTAL DO**



**SEGMENTO ANATÔMICO.** MANIFESTAÇÃO DAS PARTES ACERCA DO LAUDO PERICIAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. PEDIDO JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE. APELAÇÃO DO AUTOR. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. CONTRARRAZÕES DO RÉU. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. CORRESPONSABILIDADE DAS SEGURADORAS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO. REJEIÇÃO. INTIMAÇÃO DAS PARTES PARA SE MANIFESTAR SOBRE O LAUDO EMITIDO A PARTIR DA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. NECESSIDADE. EXISTÊNCIA DE POSSIBILIDADE DE PREJUÍZO. DIREITO À CONTRAPROVA. DEVER DO JUÍZO DE GARANTIR SEU EXERCÍCIO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. PROVIMENTO DO RECURSO. 1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº. 895.397/SP, interpretando o art. 7º, da Lei nº 6.194/7, decidiu que todas as seguradoras que constituem o Consórcio responsável pelo custeio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotivos possuem legitimidade processual para integrar, isoladamente, o polo passivo da ação de cobrança da indenização coberta pelo referido Seguro. 2. É nula a sentença prolatada. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00261291120138152001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA, j. em 02-05-2017)

Ademais, conforme prenuncia a Lei 6.194/74, o pagamento da indenização se fará mediante apenas a simples prova do acidente e do dano decorrente, o que por si só derruba o alegado pela parte ré, senão vejamos o que disserta em seu art. 5º, in verbis:

*“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”*

Portanto, como a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado, nada mais justo do que após ser submetido a perícia médica o autor ter seu direito de receber a indenização do seguro, bem como, com a realização de PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL requerida pela ré em sua peça contestatória, onde será quantificada a lesão apresentada pelo autor e seu grau de invalidez, bem como pela aplicação das sumulas 474 e 544 do stj.





## **DOS JUROS MORATÓRIOS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Argumenta a promovida, que os juros e a correção monetária só deverão começar a contar a partir da citação.

Logo, não é assim que pensam nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, visto que a grande maioria destes apregoam que a correção monetária deverá começar a contar a partir da data do sinistro (sumula 580 do STJ), porém os juros deverão ser calculados a partir da citação (sumula 426 do STJ), conforme demonstra as decisões abaixo:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DPVAT. PEDIDO DE PAGAMENTO COMPLEMENTAR. ADEQUAÇÃO À TABELA DE INVALIDEZ, CONFORME O DANO CAUSADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. MONTANTE CONDENATÓRIO DEVIDO. MARCO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. SÚMULA Nº 580 DO STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. DESDE A CITAÇÃO (SÚMULA Nº 426 DO STJ). LIMITAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM 15%, CONFORME ART. 11 DA LEI Nº 1.060/50. FIXAÇÃO REVOGADA PELO NCPC. MANUTENÇÃO DO DECISUM. DESPROVIMENTO DO RECURSO. - O Seguro DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte ou invalidez permanente, bem como o reembolso de despesas médicas. - **"A correção monetária nas indenizações de seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no parágrafo 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/74, redação dada pela Lei nº 11.482/07, incide desde a data do evento danoso". (Súmula Nº 580 do STJ).** - **"Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação" (Súmula Nº 426 do STJ).** - No que concerne ao pedido de limitação dos honorários sucumbenciais no percentual máximo de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 1.060/50, não merece acolhimento, uma vez que o art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50 foi expressamente. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00026622520148150301, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. LEANDRO DOS SANTOS, j. em 04-05-2017)*



APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. Sentença de extinção. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NECESSIDADE DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. PRECEDENTES DO STF. CONTESTAÇÃO DE MÉRITO APRESENTADA. RESISTÊNCIA À PRETENSÃO INAUGURAL EVIDENCIADA. Sentença cassada. Aplicação do art. 1.013, §3º do novo código de processo civil. Causa madura. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Debilidade permanente parcial INcompleta. Laudo PERICIAL. aplicação da lei 6.194/74 atualizada pela lei 11.945/2009. enunciado 474 da súmula do stj. APURAÇÃO DO GRAU E PROPORÇÃO DA DEBILIDADE. **CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A QUO. EVENTO DANOSO.**

PROVIMENTO DO APELO para reforma da sentença. Procedência parcial da demanda. - Em recentes pronunciamentos, o Supremo Tribunal Federal, revendo posicionamento até então uníssono, passou a entender que, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo. - Conquanto inexistir, in casu, prova do requerimento na esfera administrativa, insurgindo-se a parte ré em face do pleito autoral, por meio de contestação, resta configurada, de forma inequívoca, sua objeção ao pleito autoral, surgindo, desta forma, o interesse de agir superveniente. - Para a configuração do direito à percepção do seguro DPVAT. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00102603720158152001, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO, j. em 02-05-2017)

Portanto, não vislumbra mais esse nobre juízo a respeito desse tema, visto que a correção monetária deverá começar a contar a partir da data do sinistro e os juros deverão ser calculados a partir da citação, nos termos das Súmulas 580 e 426 do STJ, conforme vem decidindo nosso Egrégio Tribunal de Justiça.

## **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Roga o autor que seja a demandada seja condenada ao pagamento de honorários advocatícios no valor equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação conforme enuncia o art. 11 da lei 1060/50, visto que o autor é beneficiário da justiça gratuita, além do que o CPC em seus art. 85 disserta que os honorários advocatícios serão fixados por no máximo 20% (vinte por cento). Logo, deverá ser efetivada a condenação em 15% (QUINZE por cento), conforme prenuncia a Legislação processual cível.



## **CONCLUSÃO**

Diante do acima explicitado, requer o Promovente que seja a promovida condenada em honorários advocatícios, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, e, aguarda o **TOTAL DESCABIMENTO DESSA CONTESTAÇÃO** apresentada pela Promovida, sendo refutados na **ÍNTegra** de todas as matérias fáticas e de direito aduzidas por esta em sua peça contestatória. Bem como que seja a seguradora ré citada para depositar no prazo de 15 **(QUINZE) DIAS** a quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais), nos termos do Convênio celebrado entre a Seguradora Lider e o TJPB, referentes aos honorários periciais. Por conseguinte, após tal depósito, que seja oficiado ao perito cadastrado nessa Comarca para tal encargo, para que agende o competente exame pericial, onde tal médico deverá responder por fim aos quesitos formulados por esse juízo, pela parte autora na inicial e pela ré na contestação.

Nestes Termos,  
P. E. Deferimento.

Picui – PB, 08 de setembro de 2020.

**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13220



PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0800064-82.2019.8.15.0271

### DECISÃO

Visto etc.,

Finalizada a fase postulatória, passo a sanear o processo, nos termos do art. 357 do CPC.

Não havendo preliminares arguidas na peça contestatória, bem como não vislumbrando pendências de ordem processual a serem sanadas, verifica-se que a questão controvertida cinge-se à existência do dano sofrido pelo promovente, bem como sua extensão, cuja prova só é possível por meio de realização de perícia médica. Sendo assim:

1. Nomeio o Dr. ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA para o encargo de Perito Judicial (art. 465, CPC), cujos honorários arbitro em R\$ 200,00 (duzentos reais), nos termos do Convênio nº 015/2014 celebrado entre o TJPB e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A.

2. Intimem-se as partes para tomar ciência da presente nomeação e, no prazo de 15 (quinze) dias: (I) arguir o impedimento a suspeição do perito, se for o caso, (II) indicar assistente técnico e (III) apresentar quesitos (caso ainda não feito), conforme § 1º e incisos do art. 465 do Código de Processo Civil<sup>1</sup>.

3. Intime-se a seguradora ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar o pagamento dos honorários periciais, devendo juntar sua comprovação nos autos, conforme determina o supramencionado convênio.

4. **Depositados os honorários**, intime-se o nomeado para designar dia/local/horário de realização do exame pericial, **enviando-se-lhe os quesitos e intimando-se as partes. Prazo para entrega do laudo: 30 (trinta) dias.**

5. Depositado o laudo em juízo, intimem-se as partes para **sobre ele se manifestarem**, no prazo comum de 15 (quinze) dias (art. 477, § 1º, do CPC).

*Intimem-se.*



Picuí, data e assinatura eletrônicas.

**Anyfrancis Araújo da Silva**

**Juiz de Direito**

*1. Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.*

*§ 1º Incumbe às partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito:*

*I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso;*

*II - indicar assistente técnico;*

*III - apresentar quesitos.*



EM ANEXO





</





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE PICUI/PB

Processo: 08000648220198150271

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

PICUI, 15 de outubro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PB 4246-A

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
15477 - OAB/PB





Ciente e uma vez que já foram depositados os honorários periciais (documento id 35614152), intime-se o nomeado para designar dia/local/horário de realização do exame pericial, conforme já determinado pelo Juízo no item "4" da Decisão retro (documento id 34609197).





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUÍ**

---

**VARA ÚNICA**

Rua São Sebastião, S/N, Picuí, Centro, Picuí/PB  
CEP: 58.187-000

**CERTIDÃO**

**Nº DO PROCESSO: 0800064-82.2019.8.15.0271**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**Certifico** que, o perito nomeado nos autos, Dr Alberto Rodrigues de Oliveira, foi devidamente intimado, conforme carta de intimação, id retro, através do e-mail albertocurimatau@gmail.com.

**Certifico** também, que o mesmo entrou em contato telefônico com esta escrivania e sugeriu para facilitar as perícias, tendo em vista o grande número a serem realizadas, QUESITOS mais simples (segue em anexo), submetendo à consideração do Juízo.

Picuí/PB, 5 de novembro de 2020.

KELIA XENIA DE MEDEIROS SILVA  
Técnico Judiciário



1- O Autor sofreu alguma(s) lesão (ões) ? |

2- Se afirmativo, a (s) lesão (ões) ocorreu (am) devida(s) ao trauma descrito no acidente narrado na petição inicial?

3- Se afirmativo, o Autor está sendo tratado ou já foi submetido a tratamento médico?

4- Caso já tenha sido tratado, ainda existe(m) algum(ns) tratamento(s) médico(s) possível(is) para a(s) lesão (ões) do Autor?

5- Caso não exista(m) mais tratamento(s), a(s) lesão(ões) gerou(aram) alguma(s) sequela(s) no Autor?

6- Caso exista(m) alguma(s) sequela(s), quantificar a(s) perda(s) funcional (is) com base na tabela abaixo.





PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
VARA ÚNICA DE PICUÍ



---

**Processo:** 0800064-82.2019.8.15.0271

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**Assunto:** [Espécies de Contratos, Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro]

**AUTOR:** FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

**REU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

---

### DECISÃO

**Vistos, etc.**

Tendo em vista a enorme quantidade de processos pendentes de realização de perícia, os quais já somam quase uma centena, muitos dos quais já incluídos na lista de processos da Meta 2 do CNJ, em atenção ao princípio da duração razoável do processo, com a finalidade de facilitar e tornar mais célere a realização da perícia médica, acolho a sugestão do perito nomeado, a fim de permitir-lhe responder apenas os quesitos por ele sugeridos, posto que os mesmos permitem a obtenção de informações essenciais e suficientes ao julgamento do mérito, tais como a existência da lesão, o nexo de causalidade, se tais lesões são permanentes ou não, e por fim, o grau de intensidade das mesmas, permitindo esta última informação, por consectário lógico, saber se se trata de lesão completa ou incompleta.

Sendo assim, por contemplar informações essenciais e suficientes ao julgamento do mérito, os quesitos sugeridos pelo perito também ensejam resposta aos quesitos geralmente formulados pelas partes, razão por que tornar-se-ia redundante e improdutivo responder a cada um dos quesitos formulados pelas partes quando a resposta a tais quesitos já estiver contida no laudo pericial confeccionado com base nos quesitos sugeridos pelo perito.

Ante o exposto, intime-se o perito nomeado a tomar ciência da presente decisão e, por conseguinte, agendar o exame pericial no prazo máximo de 15 dias.

Intimem-se as partes acerca da presente decisão.

Publicação eletrônica.

**Dê-se prioridade aos processos da Meta 2 do CNJ.**



Picuí-PB, data e assinatura eletrônicas.

**Anyfrancis Araújo da Silva**

Juiz de Direito

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUI**

---

**VARA ÚNICA**

Rua São Sebastião, S/N, Picuí, Centro, Picuí/PB  
CEP: 58.187-000

**CERTIDÃO**

**Nº DO PROCESSO: 0800064-82.2019.8.15.0271**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**Certifico** que, nesta data, diante o envio dos quesitos atualizados, enviado pelo médico perito, de ordem do MM Juiz de Direito desta Comarca, a fim de dar praticidade ao processo, faço juntada dos mesmos aos autos, bem como a informação sobre as datas designadas para a realização das perícias.

Picuí/PB, 10 de novembro de 2020.

KELIA XENIA DE MEDEIROS SILVA

Técnico Judiciário



## AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO (Art. 31 da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

Nº DO PROCESSO: 0802612-88.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FABIANO SANTOS GUIMARAES

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO CPF: 069.524.531-59, FABIANO SANTOS GUIMARAES CPF: 645.294.874-15, RUY NEVES AMARAL DA ROCHA CPF: 088.456.874-14, RENAN DE CARVALHO PAIVA CPF: 090.459.114-00

Nome: FABIANO SANTOS GUIMARAES

Endereço: R POETA MANOEL XUDU, 72, VALENTINA DE FIGUEIREDO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58064-230

### Avaliação Médica

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☐ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(s) corporeal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

b) as alterações (distúrbios) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☐ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☐ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

V) Em virtude da evolução de lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☐ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não sejam mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporeal(is)



acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☐ Parcial

(Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☐ Parcial Incompleto (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º de art. 3º da Lei 8.184/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatómico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentada:

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico - CRM

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





Dr. ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Ortopedista e Traumatologista  
Perícia Médica

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA  
DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.

REFERENTE ÀS MÚLTIPLAS PERÍCIAS DPVAT PENDENTES.

ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, médico, inscrito no CRM-PB sob nº. 5221, portador do RG nº. 1.238.347 SSP-PB e do CPF nº. 788.539.584-72, domiciliado na Rua Abelardo da Silva Guimarães Barreto 400/2701 - Altiplano, João Pessoa - PB, indicado por Vossa Excelência como PERITO JUDICIAL nas múltiplas perícias do DPVAT pendentes, vem, mui respeitosamente, por meio desta, requerer que V. Exª. se digne a determinar o seguinte:

a) Que o requerente aceita ser nomeado como perito judicial por esse juízo, nos termos dos arts. 421 e 145 do CPC, bem como que ante a celebração do convênio entre a Seguradora Líder dos Consórcios Dpvat S.A. e o Tribunal de Justiça da Paraíba, no tocante ao custeamento por essas perícias judiciais envolvendo ações de seguro Dpvat, pugna o requerente que sejam arbitrados como Honorários Periciais a quantia de R\$ 200.00 (duzentos reais), devendo o pagamento dos exames periciais serem efetuados logo após a entrega do Laudo do Exame Pericial com as devidas respostas aos quesitos.

b) Caso seja deferido o pedido supra, agendo as múltiplas perícias para os dias 30 de novembro de 2020 e 01 de dezembro de 2020, á partir das 8 (oito) horas da manhã.

Logo, diante exposto, é o que tem a requerer.

Nestes Termos, pede Deferimento.

Picuí -PB, 09 de novembro de 2020.



ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
CRM 5221 – TÍTULO DE ESPECIALISTA 7702  
ORTOPEDISTA E TRAUMATOLOGISTA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUI

---

**VARA ÚNICA DE PICUI**

Rua São Sebastião, S/N, Centro, Picuí/PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

**EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO**

**Nº DO PROCESSO: 0800064-82.2019.8.15.0271**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara Única, intimo Vossa Excelência da DECISÃO id retro, e da designação de perícia médica para o **dia 30/11/2020, às 17:30 horas**, a ser realizada no Centro de Especialidades, localizado na Rua São Sebastião, s/n, Centro de Picuí/PB.

Picuí/PB, 11 de novembro de 2020.

KELIA XENIA DE MEDEIROS SILVA  
Técnico Judiciário





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**Vara Única de Picuí**

---

PROCESSO Nº 0800064-82.2019.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Espécies de Contratos, Seguro, Acidente de Trânsito, Seguro]

AUTOR: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

Vara Única de Picuí-Pb, 2 de dezembro de 2020.

**KELIA XENIA DE MEDEIROS SILVA**

Técnico Judiciário



**AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**  
(Art. 31 da lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

Nº DO PROCESSO: 0800064-82.2019.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

AUTOR: FRANCISCO FLORENTINO DE SOUSA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**Avaliação Médica**

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoa com veículo automotor de via terrestre?

☒

Sim

☐

Não

☐

Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(s)/região(es) corporal(is) encontra(m)-se acometido(s)?

HÁ LESÃO NO PUNHO DIREITO

b) as alterações (distúrbios) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporariamente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

SIM. DEVIDO A GRAVIDADE DO TRAUMA, MEDIANTE O TRATAMENTO

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐

Sim

☒

Não

ADEQUADO (CIRÚRGICO) NÃO FOI SUFICIENTE PARA EVITAR SEQUELA

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s).

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

HÁ PERDA FUNCIONAL DE MÉDIA IMPORTÂNCIA NO MEMBRO

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐

Sim - em que prazo

☒

Não

SUPERIOR DIREITO  
Dr. Augusto Roberto de Oliveira  
CRM/PR 6.221 1.507 1.102

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s); que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(as) de dano(s) anômico(a)



Segmento corporal acornelado

- b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, 5ª do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da 11.945/2009, considerando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Marque aquí o percentual

# MEMBER SUPERIOR

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

\_\_\_\_\_

☐ 10% Residual    ☐ 25% Low    ☐ 50% Media    ☐ 75% Intense

☐ 10% Residual    ☐ 25% Leve    ☐ 50% Médio    ☐ 75% Intense

\_\_\_\_\_

☐ 10% Residual    ☐ 25% Low    ☐ 50% Meds    ☐ 75% Intense

**Observação:** Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado.

Local e data da realização do exame médico

P1034-PE

5011, 2040

Assinatura do método CRM

atura do método CR

